



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Samara Fadigas Contrera da Costa


**Educação financeira e criptomoedas: decisão de investimentos dos
estudantes de Ciências Contábeis e Administração**

Rio de Janeiro

2023

Samara Fadigas Contrera da Costa

**Educação financeira e criptomoedas: decisão de investimentos
dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção d título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Pereira Bonfim

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

C837 Costa, Samara Fadigas Contrera da.
Educação financeira e criptomoedas: decisão de investimentos dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração/ Samara Fadigas Contrera da Costa. – 2023.
66 f.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Pereira Bonfim.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.
Bibliografia: f. 50-60.

1. Educação financeira – Rio de Janeiro – Teses. 2. Criptomoeda – Teses. 3. Renda – Contabilidade – Teses. I. Bonfim, Mariana Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. III. Título.

CDU 336:37(815.3)

Bibliotecário: Fabiano Salgueiro CRB7/6974

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Samara Fadigas Contrera da Costa

**Educação financeira e criptomoedas: decisão de investimentos
dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovada em 30 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mariana Pereira Bonfim (Orientadora)
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Profa. Dra. Andrea Paula Osório Duque
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Profa. Dra. Aline Moura Costa da Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Gerson Luiz, a minha mãe Solange ao meu pai Luiz, a minha avó Zaira que nos deixou em 2022, minha irmã Samantha, meu afilhado Miguel, meu esposo Mateus, meu cunhado Roldão, meus cachorros, meu primo Fábio, meu amigo Henrique, minha cunhada Letícia e minha orientadora Mariana.

AGRADECIMENTOS

Ser mulher preta, mãe, dona de casa, pesquisadora e a principal responsável pela manutenção econômica do lar não é fácil. Conciliar todas as tarefas, dar amor e atenção aos meus é um desafio diário, sendo poucas as horas do dia diante de tantas responsabilidades.

Esse trabalho é fruto de muitas madrugadas: aos poucos pude construir cada linha, pesquisar e entender a complexidade e relevância do tema ao qual me apaixono cada dia mais, acredito que tudo que é feito com amor dá bons frutos e que assim seja esse trabalho.

Mas, a vitória, as conquistas e a superação só vêm quando se tem pessoas para compartilhar qualquer tipo de emoção, seja ela de dor ou de felicidade, por isso, neste momento, gostaria de agradecer:

A Deus, por nunca me deixar faltar nada e me dar sabedoria, coragem e força nas horas mais difíceis, e também me permitir viver tantas alegrias que fazem a vida valer a pena.

Ao meu filho Gerson Luiz que com seus 2 anos compreendeu por diversas vezes a frase “filho a mãe tá trabalhando agora”, por me incentivar mesmo que sem querer e por me dar a honra e a felicidade de ser mãe e principalmente por ser minha mola propulsora. Tudo é para dar um futuro melhor a ti, minha preciosidade.

Aos meus pais Luiz e Solange por sempre me incentivar, apoiar e me munir de coragem e força para que não pensasse em desistir em nenhum momento sequer.

Ao meu esposo Mateus, que relevou meus estresses, minha falta de atenção, me forneceu apoio e colo nos dias mais difíceis.

A minha irmã Samantha por sempre me estender a mão, por estar comigo nos momentos que mais precisei sendo uma segunda mãe para meu pequeno.

A minha cunhada Letícia por me ajudar e estar sempre presente, acolhendo nos momentos mais complicados e ser o meu braço direito mediante a tantas tarefas.

Aos meus cachorros Urso, Keite, Aladdin e em especial a minha linda orelhuda Ammy que se foi em janeiro de 2023, por aliviar meu cansaço e me tirar boas risadas.

Agradeço as professoras Aline Silva e Andréa Duque pelas contribuições para que este trabalho se tornasse ainda mais relevante.

A minha orientadora Mariana Bonfim por transmitir tranquilidade, confiança e acreditar no meu potencial e por muitas reuniões ser minha ouvinte nos desabafos.

Muito obrigada!

As pedras no caminho a gente chuta
É super natural
Não deixo abaixar minha moral
Tenho que me manter em movimento
A vida não é mole, mas qualquer parada enfrento

Marcelo D2

RESUMO

CONTRERA, Samara. *Educação financeira e criptomoedas: decisão de investimentos dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração*, 2023. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

As criptomoedas estão sendo cada vez mais transacionadas pelo mundo e, por isso, é indispensável que os profissionais da Contabilidade e da Administração de empresas tenham conhecimentos sólidos sobre esse assunto. Desta forma, o objetivo desse estudo é avaliar o nível de educação financeira, em decisões de investimentos em criptomoedas, dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração, de universidades públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro. Para o alcance do objetivo proposto utilizou-se como método de trabalho o questionário, elaborado de maneira online, com uma amostra final de 126 respondentes. A partir dos resultados encontrados constatou-se que o nível de conhecimento dos alunos em relação às criptomoedas ainda é baixo, mesmo com a evolução e aceitação das moedas virtuais no mercado. Além disso, observou-se também que os discentes sentem que seus conhecimentos sobre investimentos ainda são básicos. Verificou-se que as disciplinas ofertadas na graduação são o principal meio de aprendizado dos alunos sobre educação financeira, portanto, recomenda-se que as universidades invistam nesse tipo de iniciativa, inclusive na criação de cursos sobre a temática. Por fim, entende-se que para uma melhor administração financeira das organizações é fundamental que os agentes envolvidos na estratégia do negócio, como os contadores e os administradores, possuam conhecimentos sobre o tema pela sobrevivência, tranquilidade econômica e segurança financeira das empresas.

Palavras-chave: Criptomoedas. Educação Financeira. Investimentos.

ABSTRACT

CONTRERA, Samara. *Financial education and cryptocurrencies: investment decisions by Accounting and Administration students*, 2023. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Cryptocurrencies are increasingly being traded around the world and, therefore, it is essential that accounting and business administration professionals have solid knowledge on this subject. In this way, the main of this study is to evaluate the level of financial education, in decisions of investments in cryptocurrencies, of students of Accounting Sciences and Administration, in the state of Rio de Janeiro. In order to reach the proposed objective, the survey was used as a working method, prepared online, and sent to students of courses, both from public and private universities in Rio de Janeiro. This is an exploratory research in its scope with a qualitative approach. The sample comprised 126 students who participated by answering the questionnaire. From the results found, it was found that the level of knowledge of students in relation to cryptocurrencies is still very low, even with the evolution and acceptance of virtual currencies in the market. In addition, it was also observed that students feel that their knowledge about investments is still basic. It was verified that the disciplines offered in graduation are the main means of learning for students about financial education, therefore, it is recommended that universities invest in this type of initiative or else in the creation of courses on the subject. Finally, it is understood that, for a better financial management of organizations, it is essential that all agents involved in the business strategy, such as accountants and administrators, have knowledge on the subject for the survival, economic tranquility and financial security of companies.

Keywords: Cryptocurrencies. Financial Education. Investments.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Pesquisas anteriores	29
Gráfico 1 - Relação do curso com a fonte dos conhecimentos financeiros	35
Gráfico 2 - Relação do curso com a preferência de pagamento	37
Gráfico 3 - Onde Francisco deve guardar o dinheiro?	39
Gráfico 4 - Nível de conhecimento sobre investimentos	41
Gráfico 5 - Regulamentação das criptomoedas	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Composição da amostra	33
Tabela 2 -	Instituição de ensino e período de curso	33
Tabela 3 -	Capacidade econômica da amostra	34
Tabela 4 -	Gênero, curso e percepção sobre educação financeira	34
Tabela 5 -	Orçamento doméstico	36
Tabela 6 -	Opções de investimentos	38
Tabela 7 -	Qual das pessoas abaixo pagaria menos juros no cartão de crédito?	40
Tabela 8 -	Desejo de investimentos	43
Tabela 9 -	Nível de conhecimento em criptomoedas	44
Tabela 10 -	Criptomoedas conhecidas	44
Tabela 11 -	Transações com criptomoedas	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BACEN	Banco central do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CDB	Certificados de Depósito Bancário
Cetip	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos
CFA	Conselho Federal de Administração
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIRPF	Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FLEC	Comissão de Letramento de Educação Financeira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSA	<i>Financial Services Authority</i>
IASB	International Accounting Standards Board
IEFP	<i>La Finance Pour Tous</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ORTN	Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
PEF-BC	Programa de Educação Financeira do Banco Central
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
RFB	Receita Federal do Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
1.1	Evolução do Mercado de Capitais Brasileiro.....	17
1.2	Investimentos em Criptomoedas.....	20
1.3	A Importância da Educação Financeira.....	25
1.4	Pesquisas Anteriores.....	28
2	METODOLOGIA.....	31
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	33
3.1	Perfil dos Respondentes.....	33
3.2	Educação Financeira.....	34
3.3	Investimentos.....	41
3.4	Criptomoedas.....	44
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS.....	50
	APÊNDICE – Questionário de educação financeira em investimentos em criptomoedas.....	61

INTRODUÇÃO

A educação financeira no Brasil sempre foi um assunto de pouco interesse público: ao contrário disso, predominou-se o debate em torno do consumismo, estando o assunto constantemente em evidência, quer seja com as campanhas publicitárias com linguagem sedutora das grandes empresas ou com a facilidade de crédito persuadindo o indivíduo a consumir desenfreadamente (SILVA; NOGUEIRA, 2018). Devido a um passado histórico e cultural do país atrelado à alta inflação, o Brasil está atrasado em relação às preocupações e à disseminação de conhecimentos em educação financeira (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA; 2011).

A adoção de políticas governamentais desenvolveu programas que estimulavam o aumento da oferta de crédito, fazendo assim, com que o país tivesse crescimento no consumo de bens e serviços e, conseqüentemente, na produção. Entretanto, o aumento do consumo familiar não é suficiente para encorajar os investimentos que geram incremento na empregabilidade, com salários atrativos, que possam elevar a renda: na realidade, a estratégia de facilitar o crédito pode agravar ainda mais a situação econômica das famílias, fazendo com que elas comprometam ainda mais seu orçamento na busca de opções para equilibrar suas receitas e despesas. Essa estratégia econômica acaba por si só repercutindo em ciclos viciosos de expansão e retardação do crescimento econômico do país (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

As empresas, ao estimularem o consumo e o imediatismo, fazem com que as pessoas se endividem mais com o desejo de obter um padrão de vida ilusório. Por sua vez, o governo encoraja o consumo possibilitando e facilitando o crédito para o financiamento de gastos, colaborando para o aumento do endividamento das famílias (SOUSA, 2015). Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), as campanhas nacionais devem encorajar os indivíduos a poupar e entender melhor a compreensão de risco e retorno através da educação financeira, tanto que em 2022, a OCDE iniciou políticas de disseminação de boas práticas de investimentos e educação entre os países da América Latina e Caribe (OCDE, 2022).

Ainda de acordo com a OCDE (2005, p. 5), educação financeira é um processo no qual investidores e consumidores compreendem os conceitos e a aplicabilidade dos ativos financeiros, com habilidades. Possuir educação financeira é compreender os riscos dos

negócios através de informações a fim de tornar mais claras as oportunidades do mercado, buscando a qualidade de vida financeira.

Em decorrência do acúmulo de dívidas contraídas pela população, as campanhas publicitárias das instituições de crédito e órgãos reguladores vêm tomando uma nova roupagem, apresentando a ideia de economizar com o benefício de maior conforto e tranquilidade, mantendo a possibilidade de crédito no mercado e melhorando o controle e a gestão financeira pessoal (MINELLA et al., 2017).

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2018), constatou que, entre os países membros da OCDE, o Brasil é o 4º pior em competência financeira dos jovens. No ensino nas escolas, por exemplo, a Lei nº 9.394 de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não apresenta, de maneira explícita e clara, a inserção da educação financeira.

Nos anos de 1990, com o crescimento do país, a instabilidade econômica e os altos índices de endividamento, o Brasil começou a ter preocupações mais assíduas sobre o assunto. Para Araujo e Calife (2014), no final da década de 1990, a educação financeira era voltada para as dicas de investimentos; já nos anos 2000, estudos surgiram inserindo um raciocínio diferente na relação das pessoas com o dinheiro e ressaltando a importância do planejamento financeiro.

Outro fator que evidenciou o aumento de interesse pelo tema foi a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo Decreto nº 7.397 de 2010 e renovada pelo Decreto nº 10.393 de 2020: composta por oito órgãos governamentais, o programa consolida as estratégias nacionais no tocante à educação financeira. Destaca-se também o Programa de Educação Financeira do Banco Central (PEF-BC), criado em 2003, com o objetivo de disseminar conhecimentos econômicos e financeiros para que a sociedade possa refletir sobre a responsabilidade do planejamento e compreender a influência da economia e finanças no dia a dia (BACEN, 2010). Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) colocou a educação financeira como tema transversal nas disciplinas comuns, a fim de desenvolver nos alunos a capacidade de tomar decisões e fazer planejamentos financeiros (MEC, 2017).

Em 2019, a Bolsa de Valores brasileira, a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) alcançou a marca de um milhão de investidores na renda variável (B3, 2021). Em 2021, um novo aumento de 43% foi divulgado pela B3, somente no primeiro semestre, demonstrando assim, o crescimento do tema no Brasil e o interesse da população em investimentos (B3, 2021). Desse

modo, entender sobre juros compostos, taxas, risco e retorno, opções de investimentos, inflação e tributação é fundamental para lidar com as decisões financeiras (LUSARDI, 2009).

Investimentos podem ser compreendidos como a aplicação de recursos com a expectativa de rentabilidade, ou seja, de receber um valor maior do que o capital inicialmente aplicado (ORIENTE; ALVES, 2017). Dessa forma, o nível de educação financeira de um indivíduo reflete nas suas decisões de investimentos, afetando não só a própria vida como também a economia do país (COSTA; MIRANDA, 2013).

Dentre as possíveis opções de investimentos existentes, ressaltam-se as criptomoedas: moedas virtuais desenvolvidas a partir de um sistema criptografado em *blockchain*, sem a possibilidade de ser corrompido (ALVES; XAVIER; SOARES, 2020). Souza (2017) conceitua as criptomoedas como um dinheiro virtual utilizado nas relações de compra e venda, sem a existência de um banco emissor ou do governo, ou seja, as moedas virtuais são descentralizadas.

Devido ao aumento da visibilidade e do crescimento no cenário mundial, as expectativas sobre elas são grandes: apesar do Brasil ainda não ter regulamentação própria para as moedas virtuais, existem diversas empresas interessadas nesses investimentos, principalmente em decorrência dos avanços tecnológicos (ALVES; XAVIER; SOARES, 2020). Assim, sendo a maior inovação desde a invenção da internet, as criptomoedas alterarão a maneira como pessoas e organizações vivem (TAPSCOTT; TAPSCOTT, 2018). Mesmo com a sua volatilidade, as moedas virtuais possibilitam que as pessoas possam obter rendimentos e realizar pagamentos em grande escala. Entretanto, os detentores precisam utilizar ferramentas de planejamento financeiro e até mesmo equilíbrio emocional para tomar decisões (PEREIRA; REIS, 2018).

Carvalho et al. (2020) ressaltam em seu estudo que a maioria dos investidores de criptomoedas são estudantes dos cursos de graduação de tecnologia da informação, administração e economia. Alves, Xavier e Soares (2020) salientam que os profissionais da contabilidade têm a consciência da obrigatoriedade da escrituração das criptomoedas e delas constarem no patrimônio das organizações, mas o desafio é fazer o lançamento com a classificação correta, já que há carência de normatização sobre o assunto.

A pesquisa realizada por Mirco e Rotermund (2019) constatou que os estudantes de administração têm conhecimento baixo em relação ao mercado financeiro e as criptomoedas, mesmo considerando-as com grande expectativa de expansão. O conhecimento a respeito das moedas virtuais também é importante para os estudantes de administração, pois os gestores das organizações podem acelerar seus processos e impulsionar suas empresas quando

compreende o funcionamento das criptomoedas e as vantagens do seu sistema. As empresas que não acompanham as inovações tecnológicas do mundo estão fadadas a perder grandes oportunidades de negócio (MIRCO; ROTERMUND, 2019).

Nesse contexto, o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração, no que tange a educação financeira, é fator importante no desenvolvimento da economia do país e na sobrevivência das organizações. A pesquisa também se torna relevante por se tratar de um assunto recente historicamente no Brasil, além da pouca exploração de artigos científicos brasileiros com esse teor (MIRCO; ROTERMUND, 2019), tornando-a assim, importante devido a sua contribuição para futuras discussões.

Alguns estudos já foram desenvolvidos sobre a temática da educação financeira, como o estudo bibliométrico de Cruz et al. (2020), no qual é realizado um levantamento dos artigos desenvolvidos no mundo sobre o assunto, no período de 2000 a 2019. Os resultados apontam que os Estados Unidos são o país com a maior quantidade de publicações, com 1.318, e o Brasil ocupa o sétimo lugar, com 196 artigos. No que se refere a escala de distribuições por ano, o crescimento ocorre a partir de 2009 e permanece em crescente até 2019. Ao relacionar os artigos de educação financeira desenvolvidos por área temática, as Ciências Sociais aparecem em 2º lugar e a Contabilidade em 9º, com 1.328 e 238 artigos, respectivamente. Por fim, o trabalho conclui que apesar do crescente número de pesquisas científicas sobre o tema educação financeira, o Brasil ainda se encontra em um patamar inferior de publicações, necessitando de uma maior exploração do assunto e pesquisas nessa temática.

Já o estudo realizado por Ribeiro, Rizzo e Scarausi (2020), com as produções publicadas na base Spell no período de 2005 a 2019, evidencia que os trabalhos sobre educação financeira estão concentrados, principalmente, nas áreas contábil e administrativa. Os autores também destacam que os artigos encontrados têm como principal objetivo a educação financeira e sua ausência pública e concluem aconselhando pelo aumento da produção de estudos aprofundados sobre a temática.

Silva e Nogueira (2018) evidenciam que a falta de educação financeira afeta a qualidade de vida, o desenvolvimento profissional e as finanças organizacionais, uma vez que gastos com desligamento, afastamento, licenças, baixa produtividade e faltas impactam no desempenho financeiro causado pelo endividamento dos seus funcionários. Desse modo, é possível perceber a necessidade cada vez mais crescente de estudos sobre educação financeira e a lacuna existente a respeito das criptomoedas nessa seara.

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual é o nível de educação financeira em investimentos em criptomoedas, dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração?

OBJETIVO GERAL

- Avaliar o nível de educação financeira, em decisões de investimentos em criptomoedas, dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração, do Estado do Rio de Janeiro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o nível de educação financeira dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração.
- Examinar os tipos de investimentos realizados pelos discentes.
- Verificar o grau de conhecimento sobre criptomoedas dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração.

Além desta introdução, este trabalho está dividido do seguinte modo: primeira seção com o referencial teórico, contemplando a evolução do mercado de capitais brasileiro, conceitos sobre investimentos em criptomoedas e educação financeira e sua relação com a contabilidade; em seguida, na segunda seção intitulada metodologia, estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a construção da pesquisa; a terceira seção trata das análises e discussões dos resultados e, por fim, a quarta seção com as considerações finais do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda sobre a história do mercado de capitais e conceitos de investimentos, especialmente os realizados com criptomoedas, bem como sua relação com a Contabilidade. Esta seção também trata da relação da educação financeira com a Contabilidade e as criptomoedas, com o objetivo de fornecer uma visão ampla sobre o tema e contribuir com informações que auxiliem na análise dos dados.

1.1 Evolução do Mercado de Capitais Brasileiro

Na década de 1960, o Brasil iniciou o desenvolvimento da estrutura jurídica do mercado de capitais: primeiramente com a Lei nº 4.537/1964 que designou a correção monetária criando a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) dos ativos imobilizados; em seguida, com a publicação da Lei nº 4.595/1964, a chamada Lei da Reforma Bancária, que dispunha sobre a reforma do sistema financeiro nacional, instituindo uma política para as instituições monetárias, bancárias e crediárias. A Lei nº 4.595 foi um marco na história da economia e da contabilidade, pois foi através dela que se criou o Banco Central do Brasil – Bacen – e o Conselho Monetário Nacional – CMN (BACEN, 2022; CVM, 2022).

Um ano depois, em 1965, a Lei nº 4.728, a Lei do Mercado de Capitais, foi sancionada, estabelecendo o desenvolvimento e medidas do mercado de capitais brasileiro, além de deliberar a competência regulatória do CMN e a competência de fiscalização ao Bacen. Essa legislação foi importante para o cenário contábil por trazer a figura do auditor independente como agente obrigatório nos fundos de condomínios (BRASIL, 1965).

Em 1967, o Decreto-Lei nº 157 encorajou a aplicação de valores no mercado acionário através de parte dos montantes devidos no imposto de renda. O mercado de capitais brasileiro continuou evoluindo e atingindo o seu “boom” em 1971, com a grande procura dos investidores no mercado e o crescimento das ações (MACARINI, 2008). Contudo, de acordo com a própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2022, p. 1):

O movimento especulativo, conhecido como “boom de 1971”, teve curta duração, mas suas consequências foram vários anos de mercado deprimido, pois algumas ofertas de ações de companhias extremamente frágeis e sem qualquer compromisso

com seus acionistas, ocorridas no período, geraram grandes prejuízos e mancharam de forma surpreendentemente duradoura a reputação do mercado acionário. Apesar disso, notou-se uma recuperação das cotações, a partir de 1975, devido a novos aportes de recursos (as reservas técnicas das seguradoras, os recursos do Fundo PIS/PASEP, adicionais do Fundo 157 e a criação das Sociedades de Investimento – Decreto-Lei nº 1401 – para captar recursos externos e aplicar no mercado de ações), além de maiores investimentos por parte dos Fundos de Pensão.

Em 1976, a Lei nº 6.385 trouxe inovações ao mercado de capitais com a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, em seguida, a Lei nº 6.404 que modernizou os regimentos das sociedades anônimas. Atualmente, a CVM é o órgão que regulamenta o mercado de capitais brasileiro. Sua criação foi inspirada no modelo norte-americano (DUBEUX, 2006) e sua principal diferença é no propósito de sua criação, uma vez que no Brasil, a intenção era o desenvolvimento do mercado e no norte-americano, a inibição de práticas inadequadas (ALONSO, 2009).

Já nos anos de 1980, em decorrência da alta inflação, o Brasil enfrentou problemas econômicos como a falta de proteção aos acionistas minoritários e a incerteza, fazendo com que o mercado de capitais perdesse espaço para outros mercados (HEISSLER; VENDRUSCULO; SALLABERRY, 2018). De acordo com Hayashi (2021, p. 29):

Apesar de na década de 1980 ter sido criada a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), as sucessivas crises econômicas e o descontrole do déficit público retraíram o mercado de capitais, com os poupadores buscando liquidez imediata e o capital estrangeiro retirando-se do País, diante do risco elevado das operações financeiras.

Foi só em 1990 que o Brasil aumentou significativamente os investidores na bolsa (CMV, 2022): a aceleração da abertura econômica despertou o interesse também dos investidores estrangeiros e, nesse mesmo período, empresas brasileiras passaram a negociar suas ações na bolsa de Nova York (HEISSLER; VENDRUSCULO; SALLABERRY, 2018). Outro motivo para o aumento do interesse no mercado de ações brasileiro foi em decorrência do programa de privatizações do governo e a facilidade de acesso à bolsa (RIBEIRO NETO; FAMÁ, 2002).

Entretanto, a falta de transparência das empresas brasileiras, a pouca confiabilidade nas informações e o receio dos empresários em dividir o capital e a administração das empresas fizeram com que no final da década de 1990, os investidores perdessem o interesse em investir na bolsa (RIBEIRO NETO; FAMÁ, 2002). Os autores ainda complementam que o subdesenvolvimento da bolsa de valores brasileira e a economia “fechada” tem relação com

a formação das empresas no país: sendo predominantemente de composição familiar, os empresários preferem recorrer a capital governamental do que a negociações abertas.

Ainda na década de 1990, a bolsa brasileira, mesmo com um grande volume de negociação, concentrava seus papéis nas mãos de poucos investidores; papéis esses que dispunham de liquidez baixa e com regulamentação falha colaboraram para o baixo interesse dos investidores (CAMARGOS; BARBOSA, 2010). Essa crise fez com que as empresas fechassem seu capital no mercado de ações e muitas delas não abriram novamente (HEISSLER; VENDRUSCULO; SALLABERRY, 2018).

Diante disso, o governo resolveu abrir segmentos de listagens para a negociação dos papéis, pautados em práticas de governança corporativa. Assim, em 2001, através da Lei nº 10.303, surgiu o Novo Mercado, e os níveis 1 e 2 de governança corporativa. Heissler, Vendrusculo e Sallaberry (2018) pontuam que essa legislação possibilitou a ampliação dos poderes da CVM referente às fiscalizações, melhorando as práticas de governança adotadas pelas companhias, trazendo também uma maior confiança dos investidores no mercado de capitais brasileiro.

Os níveis tratam de um conjunto de fatores relacionados às condutas das companhias que contribuem para a valorização e a transferência das informações (COSTA; CAMARGOS, 2006). Assim, a adoção dessas práticas define o nível de mercado: as companhias com selo nível 1 de mercado (N1) adotam práticas que provocam melhorias nas informações; as classificadas como nível 2 (N2), além das práticas de melhoria das informações, adotam também condutas de governança corporativa mais amplas e oportunizam mais direitos aos acionistas minoritários; já o Novo Mercado trata-se de um segmento especial onde são listadas as ações das companhias comprometidas com as boas práticas de governança, adaptadas à nova realidade do mercado de ações do Brasil (COSTA; CAMARGOS, 2006).

Com o propósito de melhor liquidez, mais transparência e confiabilidade de informações, esses segmentos foram criados com o intuito de buscar empresas que tenham a possibilidade de crescimento acelerado (RIBEIRO NETO; FAMÁ, 2002). Para Vieira e Mendes (2004, p. 109):

A demanda do mercado de capitais por transparência, um tratamento equânime para os acionistas e uma estrutura de conselho adequada eram pontos importantes a serem equacionados em prol do crescimento e da diversificação do sistema financeiro. Crises de credibilidade de registros, impulsionadas por escândalos com empresas norte-americanas e europeias, deixavam evidente a necessidade de alterações.

Em 2008, ocorreu a fusão entre a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e a Bovespa, aquecendo assim o mercado e passando a ser uma das maiores bolsas de valores do

mundo (CVM, 2022; B3, 2022). Mais tarde, em março de 2017, a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), criada em 1984 como uma organização sem fins lucrativos com o apoio do Banco Central, também foi fundida com a BM&FBovespa, criando assim a B3, Brasil, Bolsa, Balcão. Hoje em dia, a B3 é a maior bolsa da América Latina no que tange ao depósito de títulos de renda fixa (B3, 2022).

A B3 é um dos órgãos mais importantes do mercado de capitais, pois é através dela que todas as transações são realizadas. O mercado de capitais é uma ramificação do mercado financeiro e tem como objetivo captar recursos dos investidores para que estes sejam aplicados nas organizações, sendo um agente intermediário econômico que compreende as operações e negociações de produtos financeiros (CVM, 2022).

Conforme Instrução Normativa CVM nº 539/2013 com alterações na redação pela Instrução CVM nº 604/2018, para operar na bolsa é preciso que o investidor tenha cadastro em uma corretora de investimentos que irá analisar o perfil através de um questionário, disponibilizando assim, produtos e serviços de acordo com a exposição ao risco do investidor. (CMV, 2022).

O perfil do investidor é um fator determinante no momento da realização dos investimentos, uma vez que este define o que se é admitido de risco. Caso o perfil seja enquadrado erroneamente pode levar a sérios prejuízos financeiros. Dentre as possibilidades de perfis existem o conservador, direcionado a pessoas com baixa propensão a risco, que preferem baixa rentabilidade e maior segurança em seus ativos, sendo este o perfil da maioria dos brasileiros (GIUDICCE; ESTENDER, 2017).

O perfil arrojado caracteriza aqueles com maior compreensão sobre os riscos que estão diretamente ligados a rentabilidade de seus ativos, preferindo períodos de médio e longo prazo para resgate, evitam realizar opções pautadas nas emoções e levam em consideração o histórico e as expectativas dos ativos (MIRCO; ROTERMUND, 2019). Já o perfil moderado trata-se do indivíduo que deseja proteger a segurança das suas aplicações, entretanto admite diversificar alguns investimentos a fim de conquistar melhores rentabilidades (PAIVA et al., 2020).

1.2 Investimentos em Criptomoedas

Dentre as diversas possibilidades de investimentos transacionadas no mercado de capitais brasileiro, as criptomoedas vêm ganhando papel de destaque, devido ao aumento de alternativas de uso e sua valorização de preço (CARVALHO et al., 2017). O surgimento das criptomoedas remonta a década de 1990 com o movimento chamado *cypherpunk*: um movimento social e descentralizado, no qual os indivíduos defendem sistemas fortes de criptografias com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, políticas e econômicas (RAMIRO; QUEIROZ, 2022). A partir desse momento, começam a surgir os primeiros programadores com o objetivo de criarem uma moeda virtual (CRUZ; CAMARA, 2019).

A DigiCash foi a primeira moeda virtual conhecida e teve sua primeira transação eletrônica ocorrida em 1994, entretanto, a mesma não perpetuou por muito tempo e teve sua falência decretada em 1998 sem conseguir popularidade (ISSONAGA; SILVA, 2021; MARTINS, 2016). Somente em 2008, Satoshi Nakamoto (pseudônimo) criou o Bitcoin, a criptomoeda mais conhecida no mundo (CAMARA; CRUZ, 2019).

Para efetuar as transações, Nakamoto criou a tecnologia conhecida como blockchain: “um ‘livro-registro’ que mostra publicamente o histórico de todas as transações feitas pelas chaves públicas; é um processo de validação por meio de aglutinação das transações em blocos encadeados, cuja decodificação se dá em função dos blocos adjacentes” (MARTINS, 2016, p. 142). O *blockchain* é um sistema contábil inovador no qual as transações das criptomoedas são registradas em um livro caixa: uma vez armazenada essa transação no livro, não há a possibilidade de alteração ou exclusão posterior (CARVALHO et al., 2017).

Outra tecnologia fundamental para as criptomoedas é a criptografia, utilizada para gerar segurança nas informações digitais através da não repetição dos códigos, protegendo as transações de ataques adversários (KATZ; LINDELL, 2021).

Além de fornecer mais segurança, as moedas digitais passaram a ser uma alternativa em negociações devido a sua questão tributária não clara, uma vez que elas não possuíam regulamentação pelas agências de operações financeiras. Esses fatores fizeram com que elas surgissem mais veemente no mundo dos negócios, nas relações de compra e venda de bens e serviços (ANDRADE, 2017).

Outra característica das criptomoedas é a sua descentralização, não se submetendo, portanto, ao controle dos bancos centrais e governamentais, fornecendo uma nova possibilidade de emissão de moedas sem a interferência do Estado (ANDRADE, 2017; CRUZ; CAMARA, 2019). Desse modo, as moedas digitais podem ser operacionalizadas sem a incidência da inflação (ANDRADE, 2017).

Assim, as criptomoedas surgem como uma inovação no cenário econômico, trazendo uma alternativa de troca e crescendo a cada dia (ANDRADE, 2017). Rocha e Parolin (2019) afirmam que:

Estima-se que existam mais de mil e quinhentas espécies de criptomoedas transacionadas no mercado virtual que se aproximam da lógica do Bitcoin geralmente denominadas altcoins. [...] O Bitcoin ultrapassou 2,89 bilhões de reais até junho de 2019 e totalizou mais de 439 milhões de operações até julho de 2019. E não só isso, é cada vez mais comum a divulgação de notícias com novos serviços que podem ser transacionados por meio das criptomoedas seja na compra de um carro de luxo, ou mesmo no pagamento da tarifa de transporte público.

As moedas virtuais vêm ganhando espaço cada vez maior, uma vez que empresas físicas e online estão adotando essas moedas como forma alternativa de pagamento (CRUZ; CAMARA, 2019; ROCHA; PAROLIN, 2019). Importante ressaltar que as:

Moedas digitais diferem do conceito já cotidiano do uso do dinheiro digital. Uma moeda digital é como uma moeda real, mas não são emitidos por bancos centrais, tampouco estão apoiados financeiramente na moeda nacional, como o dinheiro digital. Portanto, a emissão é descentralizada e não é decidida pelos políticos, mas por aspectos técnicos, geralmente bem definidos (ANDRADE, 2017, p. 46).

Para Boff e Ferreira (2016), as criptomoedas podem ser classificadas como um sistema de banco de dados onde possam ser utilizados para troca de bens e serviços através da tecnologia blockchain, que é um livro virtual onde todas as transações são registradas de maneira individual. Portanto, para Cruz e Camara (2019), é uma nova modalidade de veiculação monetária, sem a utilização dos métodos tradicionais.

As operações com criptomoedas despertam o interesse das pessoas em virtude das diferenças existentes das operações tradicionais disponíveis no mercado (ANDRADE, 2017). Em função dessa crescente popularidade, a contabilidade necessita dar um tratamento padronizado a essas moedas, para que todos os usuários possam obter informações fidedignas (RAM; MAROUN; GARNETT, 2016).

A maior dificuldade contábil em relação as criptomoedas é em relação a classificação nas demonstrações contábeis, de maneira uniforme e com integridade. Além disso, ainda existe pouca literatura acerca da contabilização das criptomoedas (RAM; MAROUN; GARNETT, 2016), o que dificulta ainda mais o reconhecimento nos relatórios contábeis.

De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual (2019), para ser considerado ativo, necessariamente precisa ser um recurso controlado pela entidade, fruto de eventos passados e que tenha o potencial de produzir benefícios econômicos futuros. Sendo assim, as

criptomoedas são consideradas ativos, uma vez que elas cumprem esses requisitos. Todavia, a dificuldade está no enquadramento de que tipo de ativo se trata.

Um possível enquadramento das criptomoedas seria como caixa ou equivalentes de caixa, através da sua utilização no pagamento e/ou recebimento de vendas e prestação de serviços, equiparando-se assim, com o uso das moedas tradicionais. O CPC 03 (2010, p. 3) conceitua que:

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Dessa maneira, quando a norma descreve a palavra “espécie”, ela retira a possibilidade de enquadramento das criptomoedas como caixa, e o mesmo acontece com os equivalentes de caixa quando prescreve a existência de um “insignificante risco”, o que não ocorre com as criptomoedas.

O *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão responsável por estabelecer as normas internacionais da contabilidade, não emitiu nenhum pronunciamento específico que trate das moedas virtuais, porém, em 2019, o *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) colocou em pauta a contabilização das criptomoedas. Assim, o documento chamado *Holding of Cryptocurrencies* orienta para que as criptomoedas sejam contabilizadas como estoque, por parte das *exchanges*, e como intangível pelas detentoras (IASB, 2019).

Com relação aos aspectos legais, o então denominado Ministério da Economia (atualmente Ministério da Fazenda), através do departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, emitiu a circular SEI nº 4.081 de 2020 que autoriza que as criptomoedas possam ser utilizadas na composição do capital social das empresas. Essa autorização levou em consideração o artigo 997 do Código Civil, especificamente o inciso III: “capital da sociedade, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária”; e o artigo 7º da Lei nº 6.404/1976: “o capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro”. Esse entendimento reforça a ideia de que a formação do capital social pode ser constituída de qualquer espécie de bens que possam ser avaliados em dinheiro, equiparando assim, as criptomoedas e o caixa.

O Bacen em 2019, após recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) reconheceu as criptomoedas como meio de pagamento de compras e vendas, fazendo com que

as negociações envolvendo as moedas digitais passassem a ser contabilizadas para as estatísticas da Balança Comercial no Brasil (BACEN, 2019). Esse processo fez com que a Balança Comercial brasileira desacelerasse, gerando um déficit de cerca de US\$9 bilhões. (BACEN, 2019).

Também em 2019, a Receita Federal do Brasil (RFB) atualizou o sistema da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), incluindo na guia de bens e direitos o grupo 8 que trata dos criptoativos; assim, as criptomoedas ganharam um lugar específico na declaração (RFB, 2019). No mesmo ano, a Instrução Normativa RFB nº 1888 estabeleceu que, mensalmente, as *exchange* de criptomoedas devem obrigatoriamente reportar as movimentações realizadas na plataforma. Para isto, dados como informações dos titulares, criptoativos usados e tipo de operação precisam ser informados, caso contrário, estarão sujeitas as multas e penalidades.

Após essa alteração, a RFB identificou que a movimentação financeira dos brasileiros girou em torno de R\$127 bilhões em 2020, mostrando o crescimento do uso das criptomoedas no Brasil (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Em 19 de maio de 2022, a Receita Federal emitiu um parecer tratando do ganho de capital das criptomoedas. De acordo com a normativa DISIT/SRRF06 nº 6008, o ganho de capital apurado na alienação das criptomoedas, quando está ligado diretamente a obtenção de outras criptomoedas sem a conversão para o real, incide tributação de imposto de renda pessoa física. Entretanto, o mesmo destaca que o ganho de capital de valores menores de R\$ 35 mil mensais, fica isento do imposto sobre a renda (RFB, 2022).

Desse modo, observa-se que o desenvolvimento tecnológico contribui para o desenvolvimento do mercado de capitais, criando maneiras diferenciadas de negociações e novos ativos para investimentos, como as criptomoedas, que revolucionaram a economia global (SÁNCHEZ, 2021). A existência de uma regulamentação das moedas virtuais em alguns países, traz mais segurança para os investidores (SÁNCHEZ, 2021). O autor ainda revela que já há países com grande aceitação das criptomoedas, em especial o Bitcoin, sendo negociado inclusive nas casas de câmbio e possuindo caixas eletrônicos.

Durante a pandemia da Covid-19, muitas pessoas começaram a investir em criptomoedas, fazendo com que elas se valorizassem significativamente, chegando os Bitcoins a serem cotados a US\$ 60.000,00 (TERTÁK, 2022). O autor ainda evidencia que em novembro de 2021, mais de 79 milhões de pessoas criaram carteiras personalizadas no blockchain compostas de Bitcoin, representando um aumento de mais de 30%, comparado ao ano de 2020.

Dessa forma, a educação financeira se torna elemento primordial para os investidores, não só do mercado de capitais em si, como especialmente das criptomoedas, em virtude dos fortes riscos inerentes a essas operações. Panos, Karkkainen e Atkinson (2020) afirmam que se a atração dos investidores despreparados continuar crescente pelos investimentos em criptomoedas, pode colocar em risco a estabilidade financeira das famílias, devido aos riscos e a complexidade dessas operações.

Ainda que a principal fonte de informações sobre as criptomoedas sejam a internet (SÁNCHEZ, 2021), a educação financeira é importante para os investidores: para a educação financeira ser efetiva, o tempo de ensino deve ser mais longo, com conteúdos amplos, assim é possível aprender e desenvolver habilidades que vão desde o princípio básico da matemática financeira, a análise de informações fidedignas e as tomadas de decisões complexas (TERTÁK, 2022).

1.3 A Importância da Educação Financeira

Para Gnan, Silgoner e Weber (2007), a educação financeira compreende o desenvolvimento de competências múltiplas que estão relacionadas às decisões de finanças pessoais, como, por exemplo, o entendimento de produtos e serviços financeiros, gerir negócios e conhecer a política fiscal. Negri (2010) a define como um processo educativo onde são aplicados métodos específicos e são desenvolvidas atividades auxiliaadoras na gestão da renda, dos investimentos e da poupança.

Educação financeira é a capacidade de entender finanças e assuntos relacionados. Mais especificamente, refere-se à capacidade de um indivíduo de fazer julgamentos bem informados e decisões efetivas sobre o uso e gerenciamento de seu dinheiro. A falta de educação financeira é demonstrada no fato de poucos brasileiros terem o hábito de colocar no papel suas receitas e despesas. Organizar as contas significa ter real dimensão da sua saúde financeira. Feito isso, é possível que a pessoa tenha ou uma agradável surpresa ao descobrir que tem mais dinheiro do que imaginava, ou ser surpreendido com o tamanho de sua dívida. Educação implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias (PETER; PALMEIRA, 2013, p. 5).

Desse modo, a educação financeira também engloba o conhecimento das possibilidades de investimentos e compreensão numérica, assim como o entendimento de

taxas, juros e inflação (LUSARDI, 2009). Ela permite o desenvolvimento de habilidades de cálculos matemáticos, possibilitando uma gestão ampla do dinheiro e do planejamento financeiro (XU; ZIA, 2012).

A educação financeira é um assunto tão importante quanto a saúde física e mental, tanto que a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu o assunto na lista dos itens que compõem a saúde individual, pois acredita que a qualidade de vida está ligada também à tranquilidade e à segurança econômica (OMS, 2020).

Um panorama mundial revela a preocupação dos países com a educação financeira: na África do Sul, o sistema de bancos é ligado e comprometido com a educação financeira da população, independente do seu relacionamento com o banco e seu nível de conhecimento. Na Colômbia, a preocupação com a educação financeira da população se dá através dos programas escolares, com centros de equidade e convivência, contemplando cerca de 52 mil alunos que desenvolvem habilidades e competências para melhores ações decisórias no uso dos recursos financeiros (PELICIOLI, 2011).

A educação financeira nos Estados Unidos é incentivada por meio da Comissão de Letramento de Educação Financeira (FLEC) e do *Department of the Treasury*, através da criação de sites que ensinam como administrar e multiplicar o dinheiro, oferecendo orientações individualizadas sobre impostos e taxas, fazendo com que cada indivíduo compreenda suas limitações financeiras (SARAIVA, 2017). Na França, uma iniciativa do Ministério da Educação Nacional por meio do Instituto de Educação Financeira Pública (IEFP), também criou um site, chamado *La Finance Pour Tous*, com o objetivo de incentivar a educação financeira nas escolas, promover treinamentos nas empresas, informar sobre os produtos financeiros do país e ajudar pessoas com dificuldades (FRANÇA, 2022).

No Reino Unido, a educação financeira é disciplina facultativa na grade curricular desde 2001 (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Também existem iniciativas não governamentais, como a *Financial Services Authority* (FSA), que atua na divulgação e no combate aos crimes relacionados ao sistema financeiro. De acordo com Worthington (2006), no ano de 2003, a FSA iniciou discussões a fim de elaborar estratégias de educação financeira que colaborassem na disseminação de conhecimentos para minimizar as deficiências da população.

No contexto brasileiro, historicamente, a preocupação com a educação financeira surgiu a partir de legislações, como é o caso do projeto de Lei nº 171 de 2009, que inseriu a educação financeira na disciplina de matemática. Em 2006, a Deliberação do Bacen nº 1 de 30/06/2006, aprovou o regimento interno do Comitê de Regulação e Fiscalização dos

Mercados Financeiros de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), criado pelo Decreto nº 5.685/06, com a finalidade de “promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular” (artigo 1º).

A partir desse Comitê, a ENEF foi constituída, fazendo com que a educação financeira chegasse às escolas através do Decreto nº 7.397/2010, como uma política governamental de incentivo à educação financeira. Vale ressaltar que, no mesmo período, as ações internacionais, incentivadas pela OCDE (2005) através dos relatórios *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies and Recommendation on Principles and Good Practices For Financial Education and Awareness*, fortaleceram a importância das discussões sobre o tema no âmbito escolar.

No escopo do ensino superior, a contabilidade, assim como a economia, são áreas genitoras das finanças: Cordeiro (2020) faz uma relação familiar entre as áreas, na qual a contabilidade seria a avó das finanças. A história da contabilidade está ligada a história das finanças desde a criação do método das partidas dobradas, uma vez que tal método permite a identificação das três principais áreas de uma organização: investimento, financiamento e distribuição.

Os problemas financeiros pessoais afetam a sociedade como um todo e, conseqüentemente, as organizações, uma vez que estas estão sujeitas ao dinamismo e interações com o meio ambiente. Dado que as empresas podem ser entendidas como uma extensão das aspirações das pessoas, uma vida financeira organizada e bem estruturada dos indivíduos, determina a mesma estrutura nas organizações (BITENCOURT, 2004).

A separação das finanças empresariais com as pessoais e seus impactos revelam a importância da educação financeira, uma vez que nas pequenas empresas, identifica-se uma maior presença de problemas financeiros e falta de planejamento, acarretando em perda de controle sobre as finanças e falta de clareza na visibilidade dos gastos do negócio (HUGENTOBLE; HEIDRICH, 2020).

Silva e Bilac (2017) e Lucci et al. (2007) revelam que os conteúdos do curso de graduação em Ciências Contábeis contribuem no desenvolvimento dos conhecimentos sobre gestão e planejamento financeiro, ou seja, os instrumentos de controle patrimonial aprendidos na graduação são adaptados à vida pessoal. Correia, Lucena e Gadelha (2015) também identificaram bons conhecimentos em educação financeira dos estudantes de Ciências Contábeis, apontando que esses alunos apresentam estabilidade nos investimentos, não possuem dívidas e preferem poupar a fazer financiamentos.

Desse modo, a contabilidade pode ser utilizada como uma ferramenta na gestão da riqueza e no controle dos gastos e ganhos. Aprender e utilizar as técnicas contábeis para gerir as finanças pessoais é importante para uma melhor tomada de decisão sobre o patrimônio (HOSS et al., 2008).

Contudo, a falta do conhecimento contábil e de uma educação financeira, acarreta também em problemas financeiros empresariais: Gomes e Sorato (2010) averiguaram que os profissionais autônomos não mantêm controle ou planejamento de suas finanças e tampouco utilizam as ferramentas contábeis para controle. Assim, é de extrema importância a difusão de ferramentas e métodos contábeis para auxiliar as pessoas nas suas dificuldades financeiras (GOMES; SORATO, 2010).

1.4 Pesquisas Anteriores

Com o objetivo de compreender as pesquisas que já foram realizadas sobre a temática desse estudo a nível nacional, inicialmente, foi realizado um levantamento, em agosto de 2022, por meio da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizando o filtro de título de “educação financeira”, o sistema retornou 230 estudos, sendo a Universidade Federal de Juiz de Fora a que apresentou o maior quantitativo de dissertações e teses nesse sentido, com o total de 40 estudos, em seguida a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com 17 trabalhos. A discrepância entre as instituições e o baixo quantitativo de exemplares indicam que ainda há carência de estudos com essa abordagem.

Em seguida, na mesma base de dados (BDTD), utilizou-se como parâmetro de busca as palavras “educação financeira” e “criptomoedas”, combinadas, e nenhum resultado foi encontrado. Quando o mesmo filtro foi utilizado, mas buscando encontrar essas palavras no resumo do texto, apareceu uma única dissertação de mestrado profissional que, apesar da plataforma retornar esse resultado, a pesquisa em si trata de outro assunto, objetivando oferecer aos professores da rede pública de ensino uma metodologia de ensino sequencial, completa e detalhada sobre como introduzir conceitos de Matemática Financeira aos estudantes do Ensino Médio, não tendo assim, efetiva relação com o assunto educação financeira e criptomoedas.

Dando continuidade no levantamento de pesquisas anteriores foi realizada uma busca nas plataformas Spell e Scielo utilizando também o filtro “educação financeira” e “criptomoedas”, e ambas as plataformas não retornaram nenhum resultado.

Dessa forma, o Quadro 1 foi elaborado com pesquisas que se aproximam do tema com a perspectiva de demonstrar a abrangência das pesquisas realizadas anteriormente.

Quadro 1 - Pesquisas anteriores

Autores	Resumo
Lucci <i>et al.</i> (2007)	O estudo realizado com alunos de graduação da Faculdade Independente Butantã, sendo 67 de Administração e 55 de Ciências Contábeis, verificou se os conhecimentos aprendidos de administração financeira fazem com que os indivíduos se tornem mais conscientes sobre suas decisões financeiras, e, principalmente, se isso se traduz em suas atitudes. Como resultado geral, o conhecimento sobre finanças adquirido na universidade influenciou positivamente a qualidade da tomada de decisões financeiras, mesmo sem uma avaliação da qualidade do ensino.
Rogers, Favato e Securato (2008)	O estudo utilizou a aplicação de questionário a 186 respondentes com o intuito de investigar se indivíduos que possuem melhor instrução e educação financeira apresentam menos erros no processo de tomada de decisões em investimentos. Os resultados da pesquisa indicam que os vieses no processo cognitivo e limites ao aprendizado permanecem mesmo em indivíduos com grau de instrução mais alta e educação financeira mais estruturada.
Vieira, Bataglia e Sereia (2011)	O objetivo foi analisar se a educação financeira obtida junto aos cursos de graduação influencia na atitude de consumo, poupança e investimento dos indivíduos. Através de uma pesquisa com 610 alunos de Administração, Economia e Contábeis, verificou-se que a formação acadêmica contribui para a melhor tomada de decisão de consumo, investimento e poupança, porém, os aspectos analisados não obtiveram relevância estatística significativa. Contudo, existem outras fontes de conhecimento que são também relevantes, como a experiência prática e a família.
Souza <i>et al.</i> (2011)	Com o objetivo de verificar se os indivíduos que possuem conhecimento financeiro apresentam menos erros sistemáticos no processo de tomada de decisões, a pesquisa obteve uma amostra de 154 alunos. E identificou que a educação financeira não influencia na tomada de decisão da amostra pesquisada, pois foi possível constatar a presença de erros sistemáticos no processo de tomada de decisão, mesmo no grupo que apresentava uma melhor instrução financeira.
Alves, Silva e Bressan (2011)	O propósito do estudo foi avaliar o nível de educação financeira de alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade privada do Rio de Janeiro e comparar seu desempenho àquele alcançado por alunos norte-americanos em um estudo semelhante. O resultado apontou que a maior parte dos alunos possuem nível baixo de educação financeira, com cerca de 5% a menos do que as estatísticas realizadas nos Estados Unidos, mesmo considerando os percentuais obtidos pelos norte-americanos inadequados, o que provoca equívocos e prejuízos na tomada de decisões financeiras.
Correia, Lucema e Gadelha (2015)	O estudo descreveu qual o nível de conhecimento de educação financeira dos estudantes de Ciências Contábeis. Para isso, utilizou o questionário como metodologia de pesquisa e identificou que as mães com maior instrução financeira conseguem auxiliar melhor seus filhos, e que os estudantes preferem rentabilidades previsíveis a correr riscos mais altos com rentabilidades mais voláteis.
Mirco Rotermund (2019)	A investigação buscou identificar o perfil dos estudantes de Administração e verificar a percepção deles quanto às criptomoedas. 63 alunos participaram do estudo que concluiu pouco conhecimento dos alunos referente às criptomoedas, apesar de acreditarem na sua expansão e futura popularidade.

Gomes Sant'Anna (2021)	e	Os autores buscaram conhecer a intenção dos investidores e as previsões em relação às criptomoedas. O estudo identificou que ainda há resistência dos investidores em Bitcoins, mas que há intenção de investimentos se possuírem mais acesso as informações disponibilizadas pelo mercado de criptomoedas.
------------------------------	---	---

Fonte: A autora, 2023.

Assim, em decorrência da pouca literatura existente sobre educação financeira envolvendo o tema criptomoedas, reafirma a relevância desse estudo, pois o assunto é atual e tem grande impacto no cenário econômico. Dessa forma, essa pesquisa busca contribuir para o panorama atual das pesquisas sobre o assunto, bem como fomentar discussões sobre a importância da educação financeiras nos investimentos em criptomoedas.

2 METODOLOGIA

Considerando que a metodologia é um agrupamento de técnicas e mecanismos que procuram viabilizar a realização de uma pesquisa levando a um resultado de um novo produto (JUNG, 2004), inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento do referencial teórico. A pesquisa bibliográfica é o procedimento pelo qual se faz um levantamento de materiais já elaborados constituídos de livros, artigos e revistas (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Em relação à abordagem, optou-se pela qualitativa, pois ela compreende os comportamentos e as tendências, corroborando na identificação das hipóteses de um problema (LAKATOS; MARCONI, 2017). Com a pesquisa qualitativa é possível ter uma melhor compreensão do que se deseja averiguar, muito utilizada nos casos em que há incertezas. (IZIDORO, 2015). A presente pesquisa também tem caráter descritivo, pois visa descrever um determinado fenômeno ou de identificar relações entre as variáveis (GIL, 2009).

Para o alcance do objetivo proposto, foi utilizado o modelo de questionário online, através da plataforma Google Formulários, composto por 32 questões fechadas e de múltipla escolha (ver apêndice). O questionário possibilita a obtenção de informações do público-alvo da pesquisa, assegurando o anonimato aos respondentes e escolhendo as questões que permitem o conhecimento do perfil da amostra (GIL, 2009).

O questionário está dividido em quatro partes: na parte 1, foram feitas perguntas para identificar o perfil do respondente, como idade, gênero e renda bruta; na segunda parte, os estudantes foram questionados sobre o seu nível de educação financeira; na parte 3, foram feitos questionamentos sobre os tipos de investimentos realizados pelos alunos e; por fim, na parte 4, os estudantes foram indagados sobre o nível de compreensão das criptomoedas e seu uso.

No dia 15 de outubro de 2022 foi realizado o pré-teste do questionário com três alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, sendo dois da modalidade presencial e um à distância. O objetivo do pré-teste foi o de averiguar se o instrumento de coleta estava claro no entendimento ou se era necessária alguma modificação. Como os entrevistados responderam que não tiveram dificuldades com o questionário e que conseguiram compreender as questões, nenhuma alteração foi realizada.

Para este estudo, optou-se pela amostragem por conveniência, a qual utiliza informações existentes sobre o universo possibilitando o processo de amostragem mais

eficiente (SOUSA; BAPTISTA, 2011). Assim, a amostra do estudo foi composta pelos estudantes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração de diferentes instituições de ensino, localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

O questionário foi enviado aos participantes através do compartilhamento do link de acesso nos aplicativos de mensagens instantâneas. A aplicação do instrumento de pesquisa foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2022, tendo sido obtidas 137 respostas. A amostra final é composta por 126 estudantes, pois 10 respondentes foram excluídos em virtude de não atenderem a proposta do trabalho, visto que cursavam graduações diferentes e 1 optou pelo não consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, necessário para a utilização dos dados na pesquisa.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Perfil dos Respondentes

A amostra é composta por 72 pessoas do gênero feminino, o que representa 57,14% contra 42,86% dos respondentes do gênero masculino. A concentração da idade encontra-se na faixa de 17 a 30 anos, representando 71% dos pesquisados. Em relação à capacidade econômica cerca de 66,67% estão trabalhando ou estagiando e a renda pessoal é concentrada entre R\$ 0 e R\$ 1.500,00 reais, com 42,85%.

Tabela 1 - Composição da amostra pesquisada

Curso	Quantidade	Percentual
Ciências Contábeis	83	66%
Administração	43	34%
Total	126	100%

Fonte: A autora, 2023.

A Tabela 1 mostra que a maior parte dos participantes da pesquisa são do curso de Ciências Contábeis, contemplando 66% da amostra. Em relação ao gênero desses alunos, cerca de 53% são mulheres e 47% são homens, o que demonstra equilíbrio nos respondentes do curso. O mesmo também pode ser verificado no meio profissional onde, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2023), dos 375.649 contadores registrados, 53,48% são do gênero masculino e 46,52% do gênero feminino.

No que tange ao curso de Administração, 65% da amostra são do gênero feminino e 35% do gênero masculino. A última pesquisa publicada pelo Conselho de Administração (CFA, 2015) indicava que o percentual de homens na profissão ultrapassava o de mulheres, porém, os dados mostram um crescimento de 62% da presença feminina nos últimos 21 anos.

Tabela 2 - Instituição de ensino e período do curso

Instituição	Período		Percentual
	Iniciantes	Concluintes	
Pública	13	2	12%
Privada	72	39	88%
Total	85	41	100%

Fonte: A autora, 2023.

Para a confecção da Tabela 2 considerou-se como períodos iniciais do 1º ao 5º e concluintes os estudantes do 6º, 7º, 8º e períodos posteriores. Assim, foi possível perceber uma predominância de alunos iniciantes (67,46%) e também oriundos de instituições privadas (88%). O Brasil possui 2.574 Instituições de Ensino Superior (IES), as quais estão divididas em universidades, centros universitários e faculdades, sendo 313 públicas e 2.261 privadas, logo, a oferta de vagas nos cursos de graduação se concentra de maneira predominante nas IES privadas, representando mais de 83% das instituições existentes no Brasil (INEP, 2021).

Tabela 3 - Capacidade econômica da amostra

Período	Renda bruta mensal (R\$)					Total
	0 - 1.500	1.500,01 - 2.000	2.000,01 - 3.000	3.000,01 - 5.000	> 5.000,01	
1º	2	3	1	-	1	7
2º	13	-	4	1	1	19
3º	5	3	-	4	1	13
4º	2	1	1	2	1	7
5º	-	1	1	-	-	2
6º	1	2	5	-	-	8
7º	3	4	2	1	-	10
8º >	2	4	5	3	4	18
Total	28	18	19	11	8	84

Fonte: A autora, 2023.

Como informado anteriormente, 66% dos estudantes possuem alguma ocupação laboral, seja ela trabalho formal ou estágio, isto é, 84 alunos. Através da Tabela 3 é possível perceber que, ainda que os alunos dos períodos iniciais estejam no mercado de trabalho, o maior volume de renda está com os discentes dos períodos finais da graduação.

3.2 Educação Financeira

Na segunda parte do questionário, foram realizadas perguntas com o intuito de compreender os conhecimentos dos estudantes sobre educação financeira.

Tabela 4 - Gênero, curso e percepção sobre educação financeira

Curso	Gênero	Conhecimento sobre educação financeira				Total
		Inseguro	Pouco seguro	Seguro	Muito seguro	
Contábeis	Feminino	5	19	17	3	44
	Masculino	2	10	20	7	39
Total Contábeis		7	29	37	10	83
Administração	Feminino	1	17	9	1	28
	Masculino	1	5	8	1	15
Total Administração		2	22	17	2	43
Total		9	51	54	12	126

Fonte: A autora, 2023.

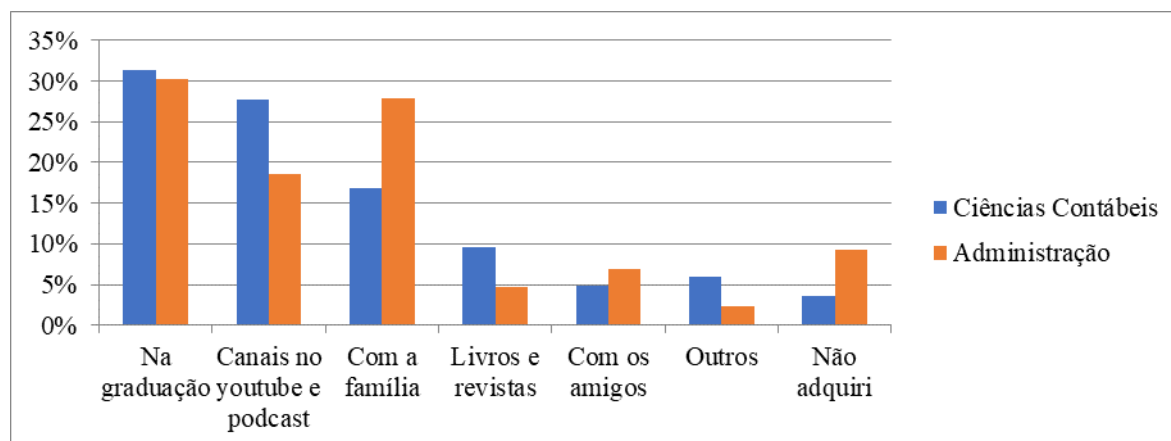
A Tabela 4 evidencia que 53,4% dos alunos que cursam graduação de Administração se sentem pouco seguros ou inseguros em relação aos seus conhecimentos financeiros, já os alunos que cursam Ciências Contábeis, a predominância no sentimento em relação aos seus conhecimentos em educação financeira é de segurança, representando 56,6% da amostra pesquisada. Esse resultado é corroborado por Andrade e Lucena (2018) que investigaram grupos acadêmicos de diversos cursos de graduação e a sua relação com a educação financeira: ainda que de maneira geral os alunos demonstrem razoabilidade nos conhecimentos financeiros, os estudantes de Ciências Contábeis demonstraram maior domínio sobre o tema.

Em relação ao gênero, os homens apresentam um maior sentimento de segurança, com 51,85% da amostragem, enquanto a metade das mulheres se sente pouco segura em relação aos seus conhecimentos em educação financeira. Esses achados se relacionam com as pesquisas de Klapper, Lusardi e Panos (2012) e Arrondel, Debbich e Savignic (2014) que revelaram que as mulheres se sentem menos alfabetizadas financeiramente do que os homens. No contexto brasileiro, apenas 25% dos investidores cadastrados na Bolsa de Valores (B3, 2022) são mulheres, o que pode demonstrar uma maior insegurança por parte do gênero feminino em relação aos seus conhecimentos em educação financeira.

Contudo, de maneira geral, identifica-se que a maioria dos entrevistados possuem confiança em relação aos seus conhecimentos tangentes à educação financeira (52,4%), instrumento esse importante, pois fornece suporte e subsídio em tomada de decisões financeiras (CAMPOS, 2013).

Em seguida, os estudantes foram questionados de que forma seus conhecimentos sobre educação financeira foram adquiridos e os resultados estão presentes no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Relação do curso com a fonte dos conhecimentos financeiros



Fonte: A autora, 2023.

De maneira geral, o principal meio pelo qual os estudantes adquiriram seus conhecimentos financeiros foi na graduação (31%) e pela internet, através de canais no *youtube* e *podcasts* (25%). Isso reforça a importância de disciplinas ligadas à educação financeira dentro dos cursos, o que pode contribuir na gestão das próprias finanças. Além disso, as ferramentas tecnológicas fazem parte do cotidiano dos alunos, inclusive no processo ensino-aprendizagem, sendo instrumento de disseminação de conhecimento e pesquisa, melhorando o desempenho e a construção de conhecimentos, além de despertar a motivação no aprofundamento dos temas (JUNGES; GATTI, 2019).

Ao realizar a separação dos entrevistados por curso é possível notar que os alunos de ambos os cursos, em sua maioria, definem a origem dos seus conhecimentos na graduação, contudo, há diferenças na segunda maior fonte de informação: 28% dos estudantes de Ciências Contábeis afirmam ser a internet, enquanto 28% de Administração considera a família. Para Vieira, Bataglia, Sereia (2011), os conhecimentos em educação financeira advêm de diferentes fontes, não existindo concentração em um único meio: o que é relevante no processo de aprendizagem é a capacidade do indivíduo de transformar as informações recebidas em autoconhecimento.

Tabela 5 - Orçamento doméstico

Resposta	Curso		Percentual
	Ciências Contábeis	Administração	
Sim	52	26	62%
Não	31	17	38%
Total	83	43	100%

Fonte: A autora, 2023.

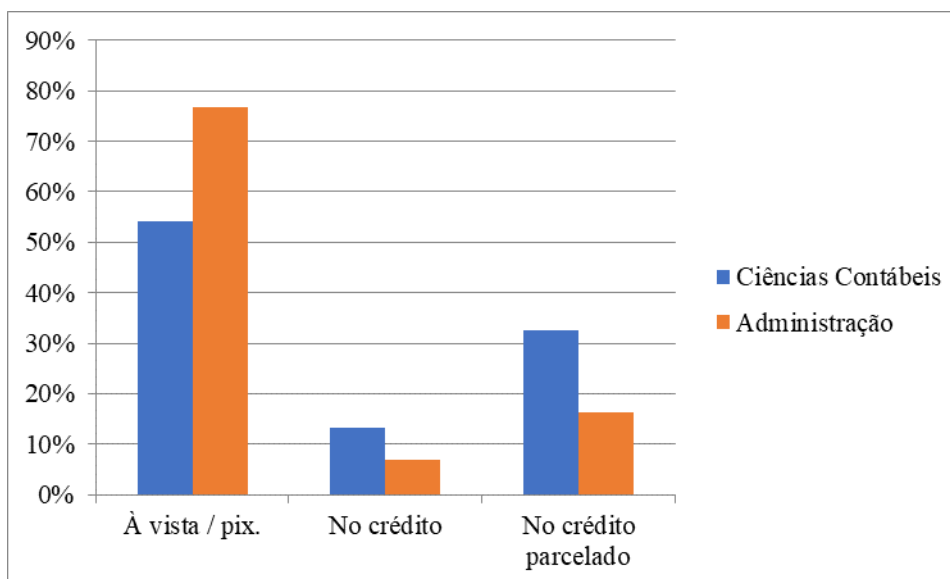
A Tabela 5 mostra que, apesar de a maioria dos pesquisados afirmar fazer orçamento doméstico, o percentual de respondentes que não realizam ainda é alto, tendo em vista a importância do orçamento na gestão do dinheiro. Conforme afirmam Gonzalez Junior, Melo e Silva (2018), o orçamento dá suporte a inúmeras possibilidades de informações no qual o indivíduo consegue verificar o mau uso dos seus recursos, desta forma, dedicar-se ao aperfeiçoamento do orçamento é importante assim como torná-lo um hábito, gerando uma consciência realista da situação financeira.

Ao comparar as respostas dessa pergunta com a próxima (“Você planeja suas compras?”), verificou-se que cerca de 22% de toda a amostra afirmou não fazer orçamento doméstico, nem planejar suas compras. O planejamento é uma premissa na organização do consumo, na melhoria econômica e também cultural do indivíduo, promovendo o sucesso e distanciando o fracasso da administração financeira familiar (DELALIBERA, 2019). Assim, fazer orçamentos financeiros pessoais são imprescindíveis uma vez que eles são a ferramenta que possibilita o controle do endividamento (DELALIBERA, 2019). Logo, o planejamento e o orçamento financeiro são ferramentas relevantes na gestão financeira uma vez que um completa o outro. Entretanto, de maneira geral, constatou-se que a maioria dos alunos planeja seus gastos: 72% dos graduandos em Contábeis e 76% dos graduandos de Administração.

Ao serem questionados se os estudantes possuíam dívidas, 45% dos discentes responderam que sim, sendo o resultado equilibrado entre os cursos. Entretanto, 63% dos participantes afirmaram fazer uma gestão eficiente ou muito eficiente do próprio dinheiro, enquanto apenas 37% confessaram ser insuficiente ou pouco eficiente.

Pessoas que detém baixo nível de conhecimento em educação financeira estão expostas a contraírem mais dívidas e ficarem endividados (DUARTE, 2012). Silva, Silva Neto e Araújo (2017) concluíram que existem três fatores principais atribuídos à concessão das dívidas: a falta de planejamento financeiro, a gestão orçamentária não eficaz e a facilidade de acesso a crédito. Ademais, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO, 2022) em novembro de 2022, 76,3% da população brasileira está endividada, analisando toda série histórica da pesquisa é possível identificar um aumento entre os anos de 2020 e 2021.

Gráfico 2 - Relação do curso com a preferência de pagamento



Fonte: A autora, 2023.

Com o intuito de verificar o quanto os alunos pagam de juros e o imediatismo nos pagamentos, os discentes foram questionados sobre qual a preferência de pagamento: 77% dos alunos de Administração preferem realizar compras pagando no pix ou no débito, enquanto apenas 54% dos alunos de Ciências Contábeis preferem essa modalidade. Em relação ao parcelamento das compras, 33% dos alunos de Contabilidade preferem utilizar esse mecanismo e 16% dos de Administração. Esses números corroboram os resultados identificados no questionamento anterior sobre as dívidas, no qual 42% dos alunos de Administração confessaram ter contra 46% de Ciências Contábeis.

Vieira, Bataglia e Seraira (2011) afirmam que postergar uma decisão de compra pode repercutir em um benefício financeiro, pois assim o indivíduo não contrai novas dívidas ou ainda pode conquistar uma vantagem financeira. Já Fernandes (2011) ressalta que quando o consumidor está bem informado e busca aumentar seu nível em educação financeira, o mesmo tem mais propensão de fazer escolhas mais assertivas, aplicando de forma mais eficiente, seus recursos financeiros. Também é salutar, pois no cumprimento das metas estabelecidas no planejamento financeiro de cada indivíduo, é importante considerar suas necessidades, desejos e a capacidade de compra. Para ter o equilíbrio entre necessidades de compra e desejo de comprar é preciso que o indivíduo aumente seu poder de compra ou reduza o desejo de comprar, neste sentido, requer ações e decisões bem planejadas (SALDANHA NETO, 2021).

Quando se trata de uma empresa é indispensável que o profissional esteja qualificado e informado, para que não tomem decisões erradas e opte, por exemplo, por comprar ativos para

a organização que gerem receita (BITENCOURT, 2004). Quando o indivíduo detém sólidos conhecimentos sobre educação financeira tendem a preferir comprar produtos e serviços que estão mais condizentes com a sua realidade financeira, e, dentro das empresas, contribuem para a minimização dos custos e aumento do volume do negócio (FERNANDES, 2011).

Ao serem questionados sobre qual tipo de investimento prefere realizar, apenas uma pequena parcela dos alunos optou pelas criptomoedas, conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Opções de investimentos

Investimentos	Ações	Bens imóveis	CDB's	Fundos imobiliários	Criptomoedas	Não sei	Total
Contábeis	14	21	9	19	4	16	83
Administração	9	18	4	6	1	5	43
Total	23	39	13	25	5	21	126

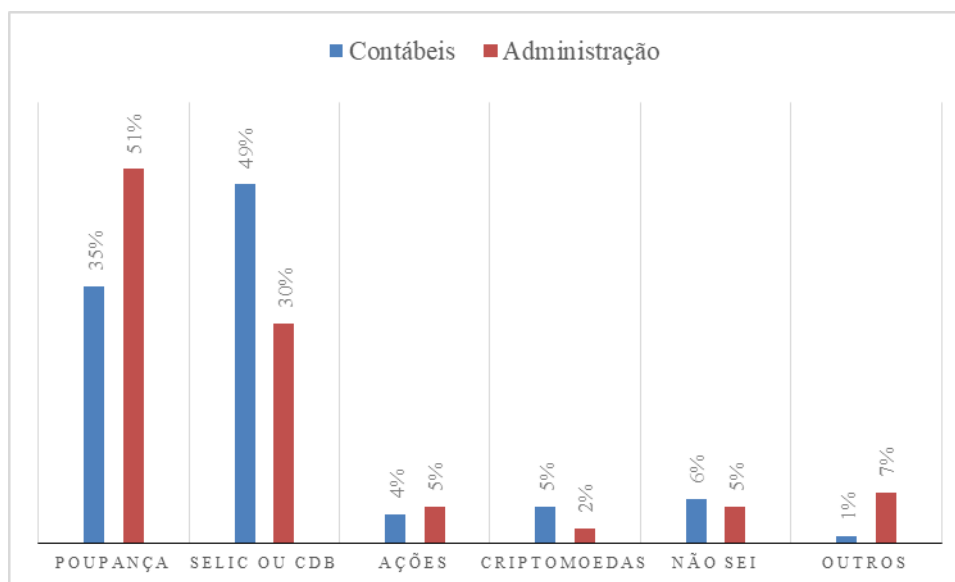
Fonte: A autora, 2023.

Renda fixa trata-se de um investimento onde é possível dimensionar, de forma antecipada, a remuneração final da aplicação, ou seja, o capital inicial investido mais a sua rentabilidade (ORIENTE; ALVES, 2017). Dentre as possibilidades de investimentos em renda fixa, estão os títulos públicos e o CDB. Já a renda variável trata-se de investimento de grande volatilidade, pois se baseia em indexadores da economia e em variáveis intangíveis, oferecendo aos investidores maior risco e rentabilidade (ORIENTE; ALVES, 2017). Como exemplo existem as ações, fundos de investimentos e as criptomoedas.

Desta maneira, a presente pesquisa constatou que a maioria dos alunos investiriam em ativos de renda fixa e que apenas 5 consideraram investir em criptomoedas. Esse baixo percentual pode ser explicado em virtude do medo de arriscar os recursos nas criptomoedas devido a sua falta de regulamentação e a inexistência de proteção jurídica (RICIERI; GÊNNOVA, 2020).

Com o objetivo de compreender melhor o nível de educação financeira dos alunos, foi realizada uma pergunta com uma situação hipotética na qual outra pessoa precisaria guardar dinheiro para despesas inesperadas e os discentes deveriam responder onde o montante deveria ser investido. As respostas estão presentes no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Onde Francisco deve guardar o dinheiro?



Fonte: A autora, 2023.

Para este questionamento esperou-se que o respondente escolhesse a opção “No tesouro SELIC ou CDB’s de liquidação diária” por se tratar de um investimento onde o resgate pode ocorrer a qualquer tempo uma vez que o objetivo da aplicação é guardar o recurso para uma despesa inesperada. Dentre as opções apresentadas, duas delas trata-se de investimento em renda variável (ações e criptomoedas) e, por este motivo, a probabilidade de perda é maior, o que poderia deixar o investidor sem os recursos financeiros quando precisasse. A opção de poupança pode acarretar perda inflacionária, devido aos critérios de rentabilidade da poupança.

Mais da metade dos alunos do curso de Administração e 35% dos de Ciências Contábeis escolheram a poupança como uma boa opção para investir o dinheiro para despesas inesperadas, o que demonstra que os discentes optaram por um investimento seguro, porém, pouco rentável.

A pergunta 17 também teve como objetivo testar o nível de conhecimento sobre educação financeira, mais especificamente sobre os juros. Para isso, também foi criada uma situação hipotética relacionada ao pagamento de um cartão de crédito e as respostas podem ser visualizadas na Tabela 7.

Tabela 7 - Qual das pessoas abaixo pagaria menos juros no cartão de crédito?

Perguntas	Contábeis	Administração
André, pois paga todo mês antecipadamente o valor mínimo do cartão	6	13
Fernanda, pois paga o valor total da fatura no vencimento	76	27
Ricardo, pois parcela a fatura quando está muito alta	1	3
Total	83	43

Fonte: A autora, 2023.

A resposta ideal para esse questionamento seria “Fernanda”, pois a mesma paga o valor total da fatura no vencimento, sem a cobrança de juros. Já nas opções “André” e “Ricardo”, a pessoa acabaria pagando juros devido ao não pagamento do valor total ou pelo fato de parcelar, a fim de adiar o pagamento.

A maioria dos alunos optou pela resposta correta (“Fernanda”), mas vale considerar que 30% da amostra dos graduandos de Administração optaram por “André” que, dentre as opções estabelecidas, pagaria mais juros. Isso demonstra que os jovens podem utilizar o cartão de crédito de maneira equivocada devido a falta de conhecimentos financeiros, acarretando, portanto, no seu endividamento. O cartão de crédito é uma das ferramentas disponíveis no mercado que tem uma história de juros elevados, considerado um dos mais altos do mercado (MINELLA et al., 2017).

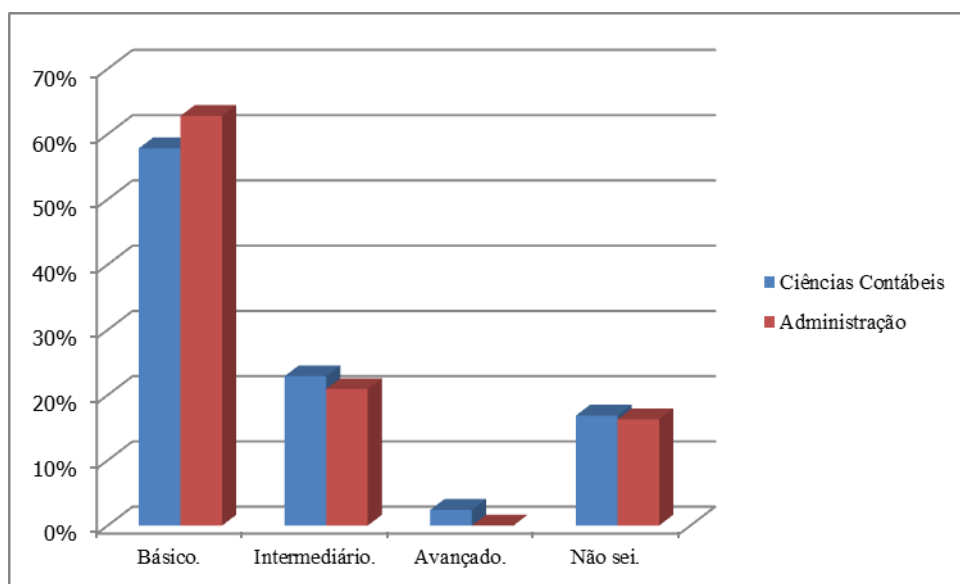
A educação financeira é o primeiro passo para o mundo dos investimentos, pois é através dela que o indivíduo adquire conhecimentos e habilidades para atuar e compreender, de forma mais assertiva, as oportunidades e riscos do mercado financeiro, bem como zelar pela saúde e equilíbrio financeiro familiar e na gerência de suas atividades profissionais.

A partir da análise dos dados coletados foi possível identificar um bom conhecimento em educação financeira, com a maior parte dos entrevistados seguros sobre o seu aprendizado, ainda que as mulheres tenham apresentado mais insegurança do que os homens. Embora quase a metade da amostra esteja endividada, esse fato também pode ser explicado pela maioria dos estudantes serem provenientes de universidades privadas, o que por si só, já representa um comprometimento importante da renda.

3.3 Investimentos

Na terceira etapa do questionário foram realizadas perguntas com o objetivo de entender os tipos de investimentos realizados pelos discentes. Inicialmente, os alunos foram indagados a respeito da percepção sobre seus conhecimentos, o que pode ser verificado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Nível de conhecimento sobre investimentos



Fonte: A autora, 2023.

De uma maneira geral, a maior parte dos respondentes acredita que seu conhecimento sobre investimentos seja básico: 63% de Administração e 58% de Contabilidade. Destaca-se que apenas 2% dos alunos de Ciências Contábeis se consideram em nível avançado e nenhum de Administração.

Esses dados se mostram preocupantes, pois, tanto a profissão de contador quanto de administrador desempenha papéis importantes nas organizações, visto que estão diretamente ligadas a parte estratégica da empresa, sendo componentes importantes e influenciadores na tomada de decisão do dono da companhia. O contador do futuro precisa de muita determinação para atuar em um mercado cada vez mais competitivo e de âmbito internacional e, neste novo cenário, não se permite indecisões e exige habilidades e conhecimentos para inovar e criar ações de melhorias financeiras nas organizações (TAVEIRA; MACIEL, 2011).

Por outro lado, o administrador é fundamental nas organizações, pois ele define as estratégias, direciona recursos, promove inovação analisa, diagnostica situações e propõe soluções (BARBOSA; AIRES, 2018). Diante disso, é imprescindível que esses profissionais

estejam atentos aos novos tipos de investimentos e possuam conhecimentos sólidos sobre o assunto.

Ao perguntar se os alunos realizam algum tipo de investimento, apenas 34 de Ciências Contábeis informaram que sim e 14 de Administração, sendo a frequência predominante, mensalmente. Além disso, a maioria informou que acompanha a rentabilidade dos seus investimentos, apenas 8 responderam que não. Para Teles e Lucas (2021) um dos problemas do investidor não está relacionado a bons ativos com expectativas rentabilidades altas, e sim realizar um acompanhamento dos seus investimentos de forma centralizada em um mercado muito volátil com altas e baixas frequentes.

Dos alunos que realizam algum tipo de investimento, a preferência é pelos de renda fixa, representando 68,89% dos que investem atualmente. Sendo assim, é possível identificar um perfil mais conservador dos alunos.

De maneira hipotética, a pergunta 24 questionou se, caso o aluno tivesse recursos, qual tipo de investimento ele faria e as respostas estão sumarizadas na Tabela 8.

Tabela 8 - Desejo de investimentos

Investimentos	Ciências Contábeis	Administração
Ações	18	8
CDB's e tesouro direto	22	7
Criptomoedas	7	3
Fundos de renda fixa	12	5
Fundos de renda variável	8	3
Letras (LCA, LCI, LC)	3	1
Poupança	8	11
Não investiria	3	3
Outros	2	2
Total	83	43

Fonte: A autora 2023.

Os dados reforçam o perfil mais conservador dos alunos: 54% dos discentes de Ciências Contábeis prefeririam investir em ativos de renda fixa (para essa estatística considerou renda fixa CDB's e tesouro direto, fundos de renda fixa, letras e poupança), enquanto 56% dos alunos de Administração têm a mesma preferência.

Os papéis do contador e do administrador são importantes nas organizações, pois eles estão diretamente ligados ao cumprimento da missão e da estratégia de crescimento e

sobrevivência financeira das empresas. Deste modo, conhecer, compreender a volatilidade e saber identificar os tipos de investimentos é relevante para que o profissional possa orientar e fornecer informações úteis ao empresário para que assim ele possa tomar as decisões do negócio.

Entretanto, ao serem questionados, os alunos apontaram um nível básico de conhecimento sobre investimentos, preferindo ativos de renda fixa, caracterizando assim, um perfil mais conservador, sem exposição a fortes riscos. Em meio ao crescimento exponencial do uso das criptomoedas, principalmente utilizada como meio de pagamento e investimentos em empresas, a identificação desse perfil conservador por parte dos estudantes fez com que poucos optassem por esse tipo de investimento.

3.4 Criptomoedas

Na quarta e última parte do questionário foram feitos questionamentos com o intuito de verificar o grau de conhecimento sobre criptomoedas dos estudantes. Assim, ao serem questionados sobre o nível de conhecimento que possuem sobre o assunto a maior parte respondeu ser básico, conforme descrito na Tabela 9.

Tabela 9 - Nível de conhecimento em criptomoedas

Curso	Básico	Intermediário	Avançado	Não sei	Total
Ciências Contábeis	46	9	1	27	83
Administração	21	6	1	15	43
Total	67	15	2	42	126

Fonte: A autora 2023.

Ainda que a maior parte dos estudantes tenha caracterizado seus conhecimentos em criptomoedas como básico, destaca-se o fato de que 33% da amostra responderam que não sabem, o que demonstra o baixo aprendizado sobre o assunto. Apesar das rápidas mudanças no mundo dos negócios, especialmente as relacionadas à ampla aceitação das criptos e das moedas digitais, ainda há poucas discussões sobre criptomoedas no meio acadêmico e, principalmente, tópicos sobre o tema no currículo dos cursos (RYABOVA, HENDERSON; 2019), o que pode desencadear em baixo conhecimento por parte dos estudantes sobre o

assunto. Além disso, a maioria dos respondentes também não considera as criptomoedas como uma opção segura de investimento.

Ainda sobre o conhecimento em criptomoedas, os alunos foram questionados sobre qual eles conheciam, podendo escolher mais de uma opção.

Tabela 10 - Criptomoedas conhecidas

Criptomoedas	Ciências Contábeis	Administração
Bitcoin	77	37
Dogecoin	20	8
Shiba Inu	8	5
Ethereum	32	13
Tether	9	5
Não conheço nenhuma	6	5

Fonte: A autora 2023.

A criptomoeda mais conhecida entre os alunos dos dois cursos foi o *Bitcoin* e em seguida a *Ethereum*. Esse fato também é corroborado na literatura. Andrade (2017) salienta que elas são as moedas mais conhecidas. O *Bitcoin*, que é a criptomoeda mais antiga e mais conhecida sendo a pioneira no mundo das criptos, também é a moeda que possui mais dinâmicas no mercado internacional; a *Ethereum*, lançada em 2014, é negociada também em bloco com infraestrutura compartilhada de maneira global (ANDRADE, 2017).

A pergunta 27 foi realizada de maneira hipotética, devendo o respondente escolher a opção que mais se adequasse à maneira correta de iniciar investimentos em criptomoedas. A maioria dos alunos optou pela resposta correta, indicando que o ideal seria “analisar a maturidade da cripto no mercado, seu perfil de investidor e o volume de negociações”.

Com relação às operações já realizadas pelos alunos com criptomoedas, observa-se um baixo nível de adesão para realizar transações do dia a dia, conforme pode ser evidenciado na Tabela 11.

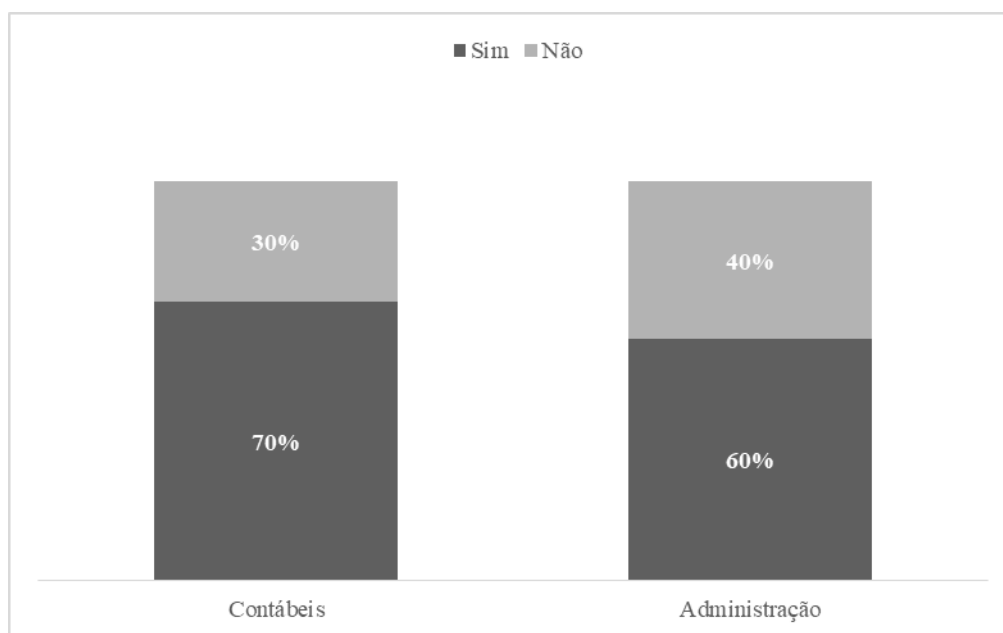
Tabela 11- Transações com criptomoedas

Transações	Ciências Contábeis	Administração
Operações	13	2
Compras	2	1
Transferências	1	-

Fonte: A autora 2023.

E, por fim, os alunos foram questionados quanto à regulamentação das criptomoedas.

Gráfico 5 - Regulamentação das criptomoedas



Fonte: A autora 2023.

Conforme descrito no Gráfico 5, ambos os cursos opinaram, em sua maioria, por uma regulamentação das criptomoedas, o que demonstra uma necessidade de normas para melhor administração das moedas digitais.

No Brasil, em 2021, houve uma tentativa de regulamentação através do Projeto de Lei nº 4.401, substituindo a 2.303/2015. Neste projeto, as criptomoedas eram consideradas um ativo virtual com representatividade, podendo ser negociadas por meio de transferência eletrônica como forma de pagamento ou ainda como investimentos. O projeto foi aprovado pelo Senado com revisão e encaminhado para aprovação da Câmara dos Deputados (SENADO FEDERAL, 2022). Em dezembro de 2022, foi sancionada a Lei nº 14.478 que dispõe sobre a regulamentação das prestadoras de ativos virtuais e define as criptomoedas como ativo virtual (BRASIL, 2022).

As criptomoedas provocam interesse crescente na população, fato que pode ser evidenciado pela popularidade desses ativos. Em virtude disso, administradores e contadores precisam ter sólidos conhecimentos das moedas virtuais. Ao verificar o grau de conhecimento dos estudantes sobre o assunto verifica-se que os mesmos, predominantemente, possuem nível básico, com apenas 2 estudantes considerando seu nível de conhecimento como avançado. A pesquisa também revelou que os estudantes conhecem basicamente apenas 2 tipos de

criptomoedas, sendo que, atualmente, existem mais de 22 mil tipos atuando no mundo (COINMARKETCAP, 2023). Em relação a normatização das moedas, a opinião em geral dos estudantes é a favor da regulamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o alcance do objetivo geral da pesquisa, inicialmente, buscou-se atender ao objetivo específico de identificar o nível de educação financeira dos estudantes de Ciências Contábeis e de Administração, do Estado do Rio de Janeiro. Através da aplicação do questionário online, identificou-se que a maioria dos alunos se sente segura com seus conhecimentos, ainda que as mulheres apresentem maior insegurança do que os homens.

Além disso, observou-se que a maior parte do conhecimento adquirido advém das disciplinas ofertadas na graduação, da internet e da família, o que reforça o caráter plural do aprendizado dos alunos. Ainda que boa parte dos respondentes possua dívidas, esse fato pode ser explicado em decorrência das responsabilidades provenientes da própria graduação ser realizada em uma instituição privada.

Em seguida, examinou-se também os tipos de investimentos realizados pelos discentes e, em sua maioria, identificou-se que os mesmos preferem a renda fixa, caracterizando-os como investidores com perfil conservador. Contudo, foi possível perceber que a percepção dos mesmos sobre os seus conhecimentos sobre investimentos é básica.

Adicionalmente, a pesquisa trouxe como objetivo específico verificar o grau de conhecimento sobre criptomoedas e, em atendimento a isso, os resultados da pesquisa mostraram que os estudantes possuem baixo conhecimento a respeito das criptos e que, basicamente, os estudantes conhecem apenas as criptomoedas mais comuns, como o Bitcoin e a Ethereum. Os estudantes também defendem uma maior regulamentação a respeito das criptomoedas.

Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa que foi o de avaliar o nível de educação financeira, em decisões de investimentos em criptomoedas, dos estudantes de Ciências Contábeis e Administração, do Estado do Rio de Janeiro, foi alcançado. Como resultado, trouxe a percepção que o nível dos discentes ainda é baixo, especialmente em decorrência do pouco conhecimento a respeito das criptomoedas e da sua pouca utilização.

Dessa maneira, observa-se que os resultados encontrados nesta pesquisa estão alinhados com a literatura, que demonstra que o nível de educação financeira relacionados a investimentos em criptomoedas é baixo, o que pode comprometer a atuação desses profissionais no mercado de trabalho e a sua própria vida financeira. A lacuna existente em relação a normatização das criptomoedas que possa orientar, nortear e supervisionar as

transações, também pode prejudicar o conhecimento dos estudantes de Contabilidade e Administração, visto que a principal fonte de aprendizados deles é através da graduação.

Com o intuito de melhorar o cenário evidenciado na pesquisa, recomenda-se que os cursos de graduação, especialmente os voltados para gestão, tenham disciplinas sobre investimentos, que abordem a respeito das criptomoedas. Embora os alunos utilizem outras fontes de conhecimento, como canais no *youtube* e *podcasts*, esta foi a principal fonte relatada pelos discentes. Sendo assim, recomenda-se a criação de cursos, disciplinas e/ou fóruns de discussões, compostos de alunos de diferentes cursos, nos quais os discentes possam trocar informações sobre as mudanças e expectativas do mercado de criptomoedas.

Como limitação desta pesquisa, encontra-se o fato de que foram questionados apenas estudantes dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, sendo necessário compreender também o nível de conhecimento de outros estudantes, especialmente os de cursos não voltados para a área de negócios. Além disso, existe também a necessidade de ampliar a amostra analisada, a fim de se obter um panorama mais completo sobre o assunto.

Dessa maneira, como pesquisas futuras, sugere-se não só ampliar o número de estudantes questionados como também a área geográfica deles, com o objetivo de ampliar o horizonte sobre a temática. Sugere-se também um aprofundamento maior a respeito das legislações e dos normativos já publicados sobre o assunto traçando uma relação com os investimentos realizados em criptomoedas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. *Crimes contra o mercado de capitais*. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALVES, R. A.; SILVA, J. S.; BRESSAN, A. A Educação financeira: uma lacuna na formação do discente na área de contabilidade. *In: CONGRESSO ANPCONT*, 15., 6, São Paulo. São Paulo: ANPCONT, 2011.

ALVES, M. H. O.; XAVIER, M. F.; SOARES, M. C. P. As criptomoedas no Brasil sob as visões da receita federal e das normas brasileiras de contabilidade: estudo introdutório. *ETIC- Encontro de Iniciação Científica*, v. 16, n. 16, 2020.

ANDRADE, M. D. Tratamento jurídico das criptomoedas: a dinâmica dos bitcoins e o crime de lavagem de dinheiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 7, n. 3, p. 43-59, 2017.

ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação Financeira: uma análise dos grupos acadêmicos. *Revista Economia & Gestão*. v. 18, n. 49, 2018.

ARAÚJO, F. C.; CALIFE, F. E. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. *Otimização na recuperação de ativos financeiros*, p. 1-11, 2014.

ARRONDEL, L.; DEBBICH, M.; SAVIGNAC, F. *Financial Literacy and Financial Planning in France*. 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2374363>. Acesso em: 17 jan. 2023.

B3 - BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Total de investidor pessoa física cresce 43% no primeiro semestre, mostra estudo da B3*. 2021. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/porcentagem-de-investidores-pessoa-fisica-cresce-na-b3.htm. Acesso em: 27 abr. 2022.

B3 - BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Perfil das pessoas físicas na bolsa por gênero*. 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/genero/. Acesso em: 06 jan. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Deliberação BACEN nº 1, de 30.06.2006*. Aprova o regimento interno do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec. Disponível em: <https://www.abrapp.org.br/legislacao/deliberacao-bacen-no-1-de-30-06-2006/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *O Programa de Educação Financeira*. 2010. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/pefpublicoexterno.asp?frame=1>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas do setor externo*. 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticassetorexterno/201908_Texto_de_estatisticas_do_setor_externo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *História do BC*. 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/historia/historiabc/historia_bc.asp?frame=1. Acesso em: 27 jul. 2022.

BARBOSA, D. S.; AIRES, T. R. B. *A importância do administrador na empresa Adventus Contabilidade*. 2018. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade Evangélica de Ceres, Ceres, Goiás, 2018.

BITENCOURT, C. M. G. *Finanças pessoais versus finanças empresariais*. 2004. 86 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOFF, S. O.; FERREIRA, N. A. Análise dos benefícios sociais da bitcoin como moeda. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, v. 16, p. 499-523, 2016.

BRASIL. *Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964*. Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14357.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964*. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965*. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14728.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967*. Concede estímulos fiscais à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0157.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16385.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001*. Altera e acrescenta dispositivos na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110303.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006*. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização - Coremec. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5685.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.685%2C%20DE%2025,de%20Previd%C3%Aancia%20e%20Capitaliza%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20Coremec. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. *Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009*. Altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/93105#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20da%20C%C3%A2mara%20n%C2%B0%20171%2C%20de%202009&text=Explica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ementa%3A,o%20curr%C3%ADculo%20da%20disciplina%20Matem%C3%A1tica>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020*. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022*. Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na prestação de serviços de ativos virtuais e na regulamentação das prestadoras de serviços de ativos virtuais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros; e altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o sistema financeiro nacional, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre lavagem de dinheiro, para incluir as prestadoras de serviços de ativos virtuais no rol de suas disposições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Lei/L14478.htm. Acesso em 19 fev. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Receita diz que brasileiros movimentaram R\$ 127 bilhões em criptomoedas em 2020*. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/821381-receita-diz-que-brasileiros-movimentaram-r-127-bilhoes-em-criptomoedas-em-2020/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 4.401, de 2021*. 2022. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151264>. Acesso em 19 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. *Ofício Circular SEI nº 4081/2020/ME*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/legislacao/arquivos/OfcioCircular4081criptomoedas.pdf/view>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. *Perguntão IRPF2019*. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ebooks/paginas/perguntao-irpf2019>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. *Instrução Normativa RFB nº 1888, de 03 de maio de 2019*. Institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=100592>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. *Solução de consulta DISIT/SRRF06 nº 6.008, de 19 de maio de 2022*. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=124151> Acesso em: 22 jul. 2022.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. Teoria e evidência da eficiência informacional do mercado de capitais brasileiro. *REGE Revista de Gestão*, v. 10, n. 1, 2010.

CAMPOS, A. B. *Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores (JIC's)*. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

CARVALHO, C. E.; PIRES, D. A.; ARTIOLI, M.; OLIVEIRA, G. C. D. Bitcoin, criptomoedas, Blockchain: desafios analíticos, reação dos bancos, implicações. In: FÓRUM LIBERDADE ECONÔMICA, São Paulo. São Paulo: Mackenzie, 2017.

CARVALHO, M. D. S.; PEREIRA, B. M. R.; REIS, Z. C.; MATTE, J.; WELCHEN, V.; MIRI, D. H.; GANZER, P. P.; OLEA, M. Análise da Criptomoeda Bitcoin como Forma de Investimento e Pagamento. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 18., Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (Brasil). *Perfil do Administrador – Pesquisa CFA – 2015*. 2015. Disponível em: <https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-administrador/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria -17/01/2023*. 2023. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1>. Acesso em: 17 jan. 2023.

COINMARKETCAP. *CoinMarketCap's 2023 CryptoPlaybook*. 2023. Disponível em: <https://s3.coinmarketcap.com/uploads/2023-cmc-crypto-playbook-en.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CORDEIRO, F. F. Contabilidade & Finanças, uma relação íntima. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 31, p. 385-391, 2020.

CORREIA, T. S.; LUCENA, W. G. L.; GADELHA, K. A. D. L. A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 9, n. 3, 2015.

COSTA, A. R.; CAMARGOS, M. A. Análise empírica do impacto da adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa sobre o retorno dos acionistas. *REGE Revista de Gestão*, v. 13, n. 1, p. 31-42, 2006.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação financeira e a taxa de poupança no Brasil. *Revista Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 3, p. 57-74, 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa*. 2010. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2014.pdf. Acesso em: 06 ago. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro*. 2019. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 06 ago. 2022.

CRUZ, L. L. B.; CAMARA, M. A. A. O papel das criptomoedas na garantia da liberdade. *Revista Científica Disruptiva*, v. 1, n. 1, p. 92-112, 2019.

CRUZ, C. A. B.; SANTANA, M. D. J.; SILVA, I. G. S.; SANTOS, L. J. Mapeamento da produção científica relacionada à educação financeira. *Revista Expressão Científica (REC)*, v. 5, n. 2, p. 51-55, 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). *Instrução Normativa CMV nº 539, de 13 de novembro de 2013*. Dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst539.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20dever%20de,opera%C3%A7%C3%B5es%20ao%20perfil%20do%20cliente.&text=ALTERADA%20pelas%20Instru%C3%A7%C3%B5es%20554%2F14,%2F17%20e%20604%2F18.&text=REVOGADA%20pela%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%2030%2F21>. Acesso em: 04 abr. 2023.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). *Instrução Normativa CMV nº 604, de 13 de dezembro de 2018*. Altera e acrescenta dispositivos às Instruções 539. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst604.html>. Acesso em: 04 abr. 2023.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). *História do Mercado de Capitais*. 2022. Disponível em:

https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/O_Mercado_de_valores_mobiliarios_brasileiro/Historia_Mercado-Capitais.html. Acesso em: 03 jul. 2022.

DELALIBERA, L. Planejamento financeiro pessoal: Um estudo com estudantes do curso de administração da Universidade Federal de Uberlândia. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO*, Ponta Grossa. *Anais [...]*. Paraná: 2019.

DUARTE, H. F. O. *A literacia financeira entre os alunos de mestrado*. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2012.

DUBEUX, J. R. *A comissão de valores mobiliários e os principais instrumentos regulatórios do mercado de capitais brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)*. 2022. Disponível em: www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic. Acesso em 22 jan. 2023.

FERNANDES, D. T. *Acerca da literacia financeira*. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Nacional) - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2011.

FRANÇA. Institut pour l'Education Financière du Public - IEFP. *La finance pour tous*. 2022. Disponível em: <https://www.lafinancepourtous.com/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIUDICCE, T. L.; ESTENDER, A.C. O processo de análise de investimentos financeiros em instituições financeiras. *Caderno de Administração*, v. 11, n. 1, 2017.

GNAN, E; SILGONER, M. A.; WEBER, B. Economic and financial education: Concepts, goals and measurement. *Monetary Policy & the Economy Q*, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2007.

GOMES, M. A.; SANT'ANNA, E. P. A. O mercado de criptomoedas no Brasil e os investidores: a caminho de um novo patamar?. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 12, n. 2, p. 13-22, 2021.

GOMES, D. M.; SORATO, K. A. D. L. Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos. *Seminário de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 2, n. 2, 2010.

GONZALEZ JUNIOR, I. P.; MELO, E. R.; SILVA, K. S. Orçamento familiar como ferramenta de auxílio no gerenciamento dos recursos financeiros de pais universitários. *Ideias e Inovação-Lato Sensu*, v. 4, n. 3, p. 131-131, 2018.

HAYASHI, F. Y. *Manipulação do mercado de capitais baseada em informações: análise do art. 27-c da Lei nº 6.385/1976 sob perspectiva da tutela constitucional da liberdade de expressão*. 2021. 198 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

HEISSLER, I.; VENDRUSCULO, M. I.; SALLABERRY, J. A evolução da contabilidade ao longo da história do Brasil. *Revista de Administração e Contabilidade*, v. 17, n. 34, p. 04-25, 2018.

HOSS, O.; CASAGRANDE, L. F.; DAL VESCO, D. G.; METZNER, C. M. *Contabilidade: ensino e decisão*. São Paulo: Atlas, 2008.

HUGENTOBLER, L. G.; HEIDRICH, R. A importância da dissociação entre as finanças empresariais e as finanças pessoais dos empresários individuais do município de Taquara/RS. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE*, n. 13, p. 157-186, 2020.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD. *Holdings of Cryptocurrencies*. 2019. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/supporting-implementation/agenda-decisions/2019/holdings-of-cryptocurrencies-june-2019.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Censo da educação superior 2021*. 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

ISSONAGA, P. E.; SILVA, D. M. Moedas virtuais no Brasil. *Revista de Direito Tributário e Financeiro*, v. 7, n. 2, p. 57-71, 2021.

IZIDORO, C. *Análise e Pesquisa de Mercado*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

JUNG, C. F. *Metodologia para pesquisa e desenvolvimento - Aplicada a novas tecnologias, produtos e processos*. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

JUNGES, D. L. V.; GATTI, A. Estudando por vídeos: o Youtube como ferramenta de aprendizagem. *Informática na educação: teoria & prática*, v. 22, n. 2, 2019.

KATZ, J.; LINDELL, Y. *Introduction to Modern Cryptography*. New York: CRC press, 2021.

KLAPPER, L. F.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. *Financial Literacy and the Financial Crisis*. 2012. Netspar Discussion Paper No. 03/2012-007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2038765>. Acesso em: 17 jan. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD, 9., 2007, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2007.

LUSARDI, A. The importance of financial literacy. *NBER Reporter*, v. 2, p. 13-16, 2009.

MACARINI, J. P. Um aspecto da política econômica do “milagre brasileiro”: a política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971. *Revista Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 38, p. 151-172, 2008.

MARTINS, A. N. G. L. Quem tem medo do Bitcoin? O funcionamento das moedas criptografadas e algumas perspectivas de inovações institucionais. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, v. 2, p. 137-171, 2016.

MINELLA, J. M.; BERTOSSO, H.; PAULI, J.; CORTE, V. F. D. A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. *Revista Gestão e Planejamento*, v. 18, p. 182-201, jan./dez. 2017.

MIRCO, B.; ROTERMUND, M. D. L. G. Criptomoedas: A percepção dos alunos do curso de administração de um centro universitário. *Revista Metodista de Administração do Sul*, v. 4, n. 6, p. 181-215, 2019.

NEGRI, A. L. L. *Educação para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora*. 2010. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, São Paulo, 2010.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira*. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Advancing National Strategies for Financial Education*. 2014. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financialeducation/nationalstrategiesforfinancialeducation.htm>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *OCDE América Latina e Caribe. Programa Regional*. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/OECD-LAC-Regional-Programme-Information-Note-PRT.pdf> Acesso em: 03 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Comissão dos determinantes nacionais da saúde - Redução das desigualdades no período de uma geração*. 2020. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/11/Relat%C3%B3rio_Final_OMS_Redu%C3%A7%C3%A3o-das-Desigualdades-no-per%C3%ADodo.pdf Acesso em: 10 jul. 2022.

ORIENTE, A. C. N.; ALVES, L. O. Investimentos: um estudo de caso na formação de poupança dos jovens universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 14., Resende. *Anais [...]*. São Paulo: SEGET, 2017.

PAIVA, R. T.; SILVA, H. A.; SOUZA, J. C. M.; NOVOA, N. F.; PEREIRA, C. M. M. A. O perfil do investidor individual no mercado financeiro. *Revista das Faculdades Integradas Vianna Junior*, v. 11, n. 2, 2020.

PANOS, G. A.; KARKKAINEN, T.; ATKINSON, A. Financial Literacy and Attitudes to Cryptocurrencies. 2020. Working Papers in Responsible Banking & Finance WP N° 20-002, SSRN. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3482083>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES. *PISA 2018 results*. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm>. Acesso em: 12 mar. 2023.

PEREIRA, B. M. R.; REIS, Z. C. Análise da Criptomoeda Bitcoin Como Forma de Investimento e Pagamento. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 18., Caxias do Sul. *Anais [...]*. Rio Grande do Sul, 2018.

PETER, L. D.; PALMEIRA, E. M. Estudo sobre a inclusão da educação financeira como disciplina escolar a partir das séries iniciais. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, n. 33, 2013.

PELICIOLI, A. F. *A relevância da educação financeira na formação de jovens*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Faculdade de Física, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAM, A.; MAROUN, W.; GARNETT, R. Accounting for the Bitcoin: accountability, neoliberalism and a correspondence analysis. *Meditari Accountancy Research*, 2016.

RAMIRO, A.; QUEIROZ, R. J. G. B. Cypherpunk. *Internet Policy Review*, v. 11, n. 2, p. 1-10, 2022.

RIBEIRO, S. P.; RIZZO, M. R.; SCARAUSI, V. G. S. Educação financeira sob a ótica da análise bibliométrica embasada no portal SPELL. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 11, n. 3, p. 34-44, 2020.

RIBEIRO NETO, R. M.; FAMÁ, R. Uma alternativa de crescimento para o mercado de capitais brasileiro — o novo mercado. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 37, n. 1, 2002.

RICIERI, M. P.; GÊNNOVA, L. Vantagens e desvantagens da regulamentação das criptomoedas. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 2, p. 7138-7139, 2020.

ROCHA, I. M. C. L.; PAROLIN, L. B. T. Tributação de Criptomoedas: os desafios da adequação tributária à pós-modernidade digital. In: CONGRESSO CAED-JUS, 7.,05, Bahia. *Anais [...]*. Bahia: CAED-jus, 2019.

ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: um estudo a luz das finanças comportamentais. In: CONGRESSO ANPCONT-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2008, Bahia. *Anais [...]*. Salvador, 2008.

- RYABOVA, T. S.; HENDERSON, S. Integrating cryptocurrency into intermediate financial accounting curriculum: A case study. *Journal of Accounting and Finance*, v. 19, n. 6, p. 167-179, 2019.
- SALDANHA NETO, M. F. *Educação financeira para jovens estudantes*. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias) - Centro Universitário Internacional Uninter. Curitiba, 2021.
- SÁNCHEZ, S. G. O. Educación financiera basada en el bitcoin y la inclusión en planes de estudio. *RIDE: Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo*, v. 11, n. 22, 2021.
- SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a educação financeira. *Revista Educar*, v.1, n. 66, p. 157-173, 2017.
- SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira do Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.
- SILVA, P. A.; BILAC, D. B. N. Contribuições da contabilidade para as finanças pessoais. *Revista Humanidade e Inovação*, v. 4, n. 5, p. 352-363, 2017.
- SILVA, J. G.; SILVA NETO, O. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 5, n. 2, p. 104-120, mai./ago. 2017.
- SILVA, V. A. P. S.; NOGUEIRA, R. F. G. Educação financeira ligada à vida profissional e corporativa. *Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia*. Edição Especial EIC 2018, v. 2, n. 1, p. 6-166, jan./jun., 2018.
- SOUSA, M. G. *O impacto das finanças públicas nas finanças pessoais no contexto da atual crise econômica brasileira*. 2015. Disponível em: https://adminportal.appspot.com/storage.googleapis.com/_assets/modules/academicos/academico_6636.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.
- SOUSA, M.; BAPTISTA, C. *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor, 2011.
- SOUZA, R. G. A. Território das criptomoedas: limites à regulamentação estatal quanto à circulação de moedas no ciberespaço e possíveis alternativas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 7, n. 3, p. 60-78, 2017.
- SOUZA, F. J. V.; FARIAS, M. D. V. M.; STEPPAN, A. I. B.; SILVA, M. C. A educação financeira e a sua influência na tomada de decisões. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 5, n. 2, p. 81-95, 2011.
- VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração da UNIMEP*, v. 9, n. 3, p.61-86, 2011.

VIEIRA, S. P.; MENDES, A. G. S. T. Governança corporativa: Uma análise de sua evolução e impactos no mercado de capitais brasileiro. *Revista do BNDES*, v. 11, n. 2, p.103-1022, 2004.

TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. *Blockchain revolution*. Senai-SP Editora, 2018.

TAVEIRA, E. M. T.; MACIEL, L. E. S. O perfil do contador do século XXI. *In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E VII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 11., 2011, São José dos Campos. *Anais [...]*. São Paulo, 2011.

TELES, R. M.; LUCAS, C. A. Hold your crypto: aplicativo para gestão de investimentos em criptomoedas. *Revista Eletrônica de Computação Aplicada*, v. 2, n. 1, 2021.

TERTÁK, E. A global view on financial education. *Economy and Finance*, v. 9, n. 1, p. 19-45, 2022.

WORTHINGTON, A. C. *Predicting financial literacy in Australia*. 2006. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/commpapers/116>. Acesso em: 01 jun. 2022.

XU, L.; ZIA, B. Financial literacy around the world: an overview of the evidence with practical suggestions for the way forward. World Bank Policy Research Working Paper, *SSRN*. 2012. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2094887. Acesso em: 28 mai. 2022.

APÊNDICE - Questionário de educação financeira em investimentos em criptomoedas

Prezado(a) aluno(a),

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “A educação financeira e a sua influência na tomada de decisão em investimentos em criptomoedas”, sob a responsabilidade da aluna Samara Contrera, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UERJ. Sua participação consiste em responder a um questionário eletrônico online. Ao responder ao questionário, você não terá nenhum benefício direto ou imediato. No entanto, os resultados desta pesquisa poderão ajudar na construção de uma compreensão do papel da educação financeira em investimentos com criptomoedas.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa. Os conhecimentos resultantes deste estudo serão constituídos por dados estatísticos e também qualitativos. Os sujeitos participantes não serão mencionados ou identificados. Dessa forma, será garantido que em nenhum momento durante os processos de análise e divulgação dos resultados os mesmos terão a identidade exposta.

A pesquisa será divulgada em revistas especializadas e eventos na área de contabilidade. Os dados coletados constituirão um banco de dados que ficará sob a guarda da pesquisadora e somente serão utilizados para projetos de pesquisa que prezem pela preservação de sua identidade. Tratando-se de uma pesquisa que busca verificar questões referentes a educação financeira e criptomoedas, há risco de embaraço ao responder o questionário, ou ainda desgaste mental ao preencher o instrumento de pesquisa, o que pode demandar tempo no entendimento das questões, situações nas quais o participante poderá interromper ou desistir de participar. A decisão em não participar da pesquisa não acarretará nenhum tipo de constrangimento. Além disso, o participante poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo ou dano.

O participante poderá fazer perguntas aos pesquisadores, que têm a obrigação de prestar os devidos esclarecimentos. Para tanto, você poderá entrar em contato com a aluna Samara Contrera pelo e-mail sfcontrera2@gmail.com ou com a Profa. Mariana Bonfim, pelo e-mail marianapereirabonfim@gmail.com, a fim de sanar quaisquer dúvidas sobre a pesquisa.

Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você concorda em participar desta pesquisa?

() Sim

() Não

Parte I - Perfil do Respondente

Nesta etapa, serão feitas questões que buscam identificar características sociais dos participantes, sem identificá-los.

1) Idade:

- 17-20 anos 21-25 anos 26-30 anos
 31-35 anos 36-40 anos 41-45 anos
 mais de 46 anos

2) Gênero:

- Masculino Feminino
 Outros Prefiro não dizer

3) Instituição:

- Pública Privada

4) Está cursando qual graduação?

- Ciências Contábeis Administração Economia
 Outros

5) Qual período você está cursando atualmente?

- 1º período 2º período 3º período
 4º período 5º período 6º período
 7º período 8º período em diante

6) Trabalhando ou estagiando?

- Sim Não

7) Qual sua renda bruta mensal?

- R\$ 0 - R\$ 1.500,00 R\$ 1.500,01 - R\$ 2.000,00
 R\$ 2.000,01 - R\$ 3.000,00 R\$ 3.000,01 - R\$ 5.000,00
 Mais que R\$ 5.000,01

Parte II - Educação financeira

O objetivo desta etapa é compreender os seus conhecimentos sobre educação financeira.

8) Como você se sente em relação aos seus conhecimentos sobre educação financeira?

- Muito seguro Seguro
 Pouco seguro Inseguro

9) Como você adquiriu seus conhecimentos financeiros?

- Não adquiri Com a família Com os amigos
 Livros e revistas Canais no youtube e podcast Na graduação
 Outros

10) Você costuma fazer orçamento doméstico?

- Sim Não

11) Você planeja suas compras?

- Sim Não

12) Em relação a sua gestão do dinheiro, você se considera:

- Muito eficiente Eficiente
 Pouco eficiente Insuficiente

13) Atualmente, você possui dívidas?

- Sim Não

14) Ao consumir bens ou serviços você normalmente prefere pagar:

- À vista / pix No crédito parcelado No crédito

15) Supondo que hoje você tenha um valor para investir, sem prazo definido para saque. Você investiria em:

- () Ações () Bens imóveis (casa/terrenos)
 () CDB's de alta liquidez () Fundos imobiliários
 () Criptomoedas () Não sei
 () Outros

16) Francisco tem a intenção de guardar dinheiro para despesas inesperadas. Onde você acha que ele deve deixar esse dinheiro?

() Na poupança () No tesouro SELIC ou CDB's de liquidação diária

- () Em ações () Em criptomoedas
 () Não sei () Outros

17) Qual das pessoas abaixo pagaria menos juros no cartão de crédito:

- () André, pois paga todo mês, antecipadamente, o valor mínimo do cartão.
 () Fernanda, pois paga o valor total da fatura no vencimento.
 () Ricardo, pois parcela a fatura quando está muito alta.

Parte III - Investimentos

Nesta etapa, serão feitas perguntas sobre opções de investimentos.

18) Como você considera o seu nível de conhecimento em investimentos?

- () Básico () Intermediário () Avançado
 () Não sei.

19) Você investe atualmente?

- () Sim () Não

20) Você investe com qual frequência?

- () Não possui investimentos () Diariamente
 () Semanalmente () Mensalmente
 () Anualmente

21) Você faz acompanhamento da rentabilidade dos seus investimentos?

- () Não possui investimentos () Sim () Não

22) Você prefere renda fixa ou variável?

- Não possuo investimentos Fixa

Variável

23) Quais os tipos de investimentos você possui?

- Não possuo investimentos Poupança
- CDB's e tesouro direto Letras (LCI,LCA, LC)
- Certificados (CRA, CRI) Criptomoedas
- Ações Fundos de renda fixa
- Fundos de renda variável Outros

24) Se você tivesse recursos agora para investir, escolheria:

- Não investiria. Poupança
- CDB's e tesouro direto Letras (LCI,LCA, LC)
- Certificados (CRA, CRI) Criptomoedas
- Ações Fundos de renda fixa
- Fundos de renda variável Outros

Parte IV - Criptomoedas

Nesta seção, serão colocadas questões sobre os seus conhecimentos em criptomoedas.

25) Você considera os investimentos em criptomoedas uma opção segura?

- Sim Não

26) Qual seu nível de conhecimento em criptomoedas?

- Básico Intermediário Avançado
- Não sei.

27) Fernanda tem interesse em começar investir em criptomoedas, diante disso ela:

Deve escolher a criptomoeda com o nome mais bonito, pois tem mais chances de crescer no mercado.

Deve analisar a maturidade da cripto no mercado, seu perfil de investidor e o volume de negociações.

() Deve acessar o youtube e as redes sociais e verificar o que os influenciadores indicam.

28) Quais são as criptomoedas que você conhece?

- | | |
|-------------------------|---------------|
| () Não conheço nenhuma | () Bitcoin |
| () Ethereum | () Tether |
| () Dogecoin | () Shiba Inu |
| () Outras | |

29) Você já realizou operações com criptomoedas?

- () Sim () Não

30) Você já fez compras com criptomoedas como meio de pagamento?

- () Sim () Não

31) Você já realizou transferências para o exterior com criptomoedas?

- () Sim () Não

32) Na sua opinião, as criptomoedas deveriam ser regulamentadas?

- () Sim () Não